issn: 1645-006X

POLITECNIA

Revista do Instituto Politécnico de Lisboa

Ano VI • Nº 11 • Janeiro de 2006

Dança seduz Bairro Alto

32

A presidente do conselho directivo da Escola Superior de Educação de Lisboa, Lurdes Serrazina diz que a sociedade portuguesa ainda não valoriza devidamente a escola. Em entrevista à Politecnia a docente, especialista em matemática, fala também do projecto governamental que procura resolver as dificuldades da aprendizagem dessa disciplina.

44

A Escola Superior de Dança abre as portas à comunidade integrando-se no espírito do Bairro Alto e oferencendo espectáculos à população.

48

O Congresso da EUPRERA, que decorreu em Lisboa, de 10 a 13 de Novembro, lançou para a ribalta o Doutor Viegas Soares, presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Comunicação Social, que chamou a si a responsabilidade de organizar o evento. A POLITECNIA pôs-se em campo e partiu à descoberta do homem por detrás do acontecimento, traçando-lhe o perfil.

57

O Instituto Politécnico de Lisboa assinou um importante protocolo com a futura universidade de Cabo Verde, que abre caminho à cooperação entre as duas instituições.

Sumário

5 Parar Para Pensar
L. M. Vicente Ferreira

6 Amanhã Será Notícia

9 Ronda das Escolas

16 O Grande Debate
Congresso Euprera
Mafalda Eiró-Gomes

23 Memória
O Terramoto de 1755
Adérito Tavares

27 O Acontecimento
"Alice" premiado em Cannes
Vanessa de Sousa Glória

32 A Grande Entrevista
Lurdes Serrazina e a Eselx
Vanessa de Sousa Glória

39 Novo e Interessante
UNESCO reúne em Lisboa
Bárbara Gabriel

40 Profissão
Uma estrela da SIC notícias
Jorge da Silva

44 Em Foco
Dança no Bairro Alto
Paulo Silveiro

48 O Protagonista
Perfil de Viegas Soares
Paulo Silveiro

57 Mala Diplomática
Missão em Cabo Verde

61 Estante
Caminhos do Conhecimento

66 Tribuna Livre
Paulo Morais-Alexandre

ESTATUTO EDITORIAL

1. A revista Politecnia é uma publicação trimestral, editada pelo Instituto Politécnico de Lisboa, que assegura e disponibiliza informação de referência sobre a vida do IPL e a actividade das oito escolas que o integram;

2. A Politecnia respeita a Constituição da República e as leis que se enquadram nos direitos, obrigações e deveres da Imprensa, tendo em conta o Código Deontológico dos jornalistas. E compromete-se a respeitar os direitos e deveres inerentes à liberdade de expressão e ao direito a ser informado, observados que sejam os princípios consignados neste Estatuto Editorial;

3. A Politecnia rege-se por critérios de rigor e honestidade, sem dependências de ordem ideológica, política ou económica, no respeito integral pelos Estatutos e a Lei Orgânica do IPL;

4. A Politecnia elege como público de referência as instituições (económicas, políticas e sociais) da sociedade civil e o corpo docente das oito escolas do IPL, e os alunos, pais e educadores em geral;

5. A Politecnia quer contribuir para a unidade do IPL e a afirmação da sua cultura própria, em prol do desenvolvimento em Portugal de um Ensino Superior de qualidade, apostado na qualificação profissional dos alunos;

6. A Politecnia diferencia os artigos de conteúdo opinativo dos artigos informativos e reserva-se o direito de interpretar e comentar, nos seus espaços de opinião, os factos e acontecimentos de âmbito educativo que se relacionem com a sua actividade;

7. A Politecnia está aberta à colaboração de todos os docentes do Instituto Politécnico de Lisboa que tenham contributos, no domínio da Educação, importantes que queiram partilhar;

8. A Direcção da Politecnia reserva-se o direito de não publicar a colaboração não solicitada, que considere não ter a qualidade pretendida;

9. A responsabilidade dos textos publicados é inteiramente assumida pelos seus autores;

10. A Politecnia participa no debate dos grandes temas da actualidade educativa, relacionados com o Ensino Superior, tendo em vista a discussão de questões de interesse para o IPL e a troca de ideias entre aqueles que se preocupam e dedicam ao seu desenvolvimento e prestígio.

POLITECNIA

Ano VI Número 11 Janeiro 2006

Propriedade
Instituto Politécnico de Lisboa
Estrada de Benfica, 529
1549-020 Lisboa
Telefone: 217 101 200
Fax: 217 101 236
e-mail: gci@sc.ipl.pt
site: www.ipl.pt

Director
L. M. Vicente Ferreira

Editor
Orlando Raimundo

Redactores
Bárbara Gabriel, Jorge Silva, Paulo Silveiro e Vanessa de Sousa Glória

Fotografia
Alexandre Bordalo, José Alexandre, Mafalda Monteiro de Carvalho, Pedro Pina, Ricardo Almeida, Sofia Gomes, Zé Maria Branco e Lusa Fotos

Correspondentes
Célia Cardoso (Dança), Luísa Marques (Teatro e Cinema), Mafalda Santos (Teatro e Cinema), Maria das Dores Delgado (Engenharia), Maria João Berkeley Cotter (Contabilidade e Administração), Maria João Frade (Educação), Maria João Gonçalves (Tecnologias da Saúde), Paula Rapoula (Comunicação Social) e Rita Ferreira (Tecnologias da Saúde)

Colaboradores Permanentes
Fernando Crespo, Hélder Fanha Martins, Mafalda Eiró-Gomes, Manuel Esturrenho, Manuel Matos, Maria de Lurdes Serrazina, Paulo Morais-Alexandre, Telmo Gonçalves, Viegas Soares.

Colaboram neste número
Adérito Tavares, Alexandre Manuel, Ana Bravo, Fernando Otero e Maria Emília Nabuco

Publicidade
José Luís Cavalheiro (Gabinete de Comunicação e Imagem)

Grafismo e Paginação
Orlando Raimundo (coordenador), Paulo Silveiro e Vanessa de Sousa Glória

Impressão
Tipografia Peres, Rua das Fontaínhas, Lote 2 Venda Nova
2700-321 Amadora

Depósito Legal- 158054/2000
ISSN- 1645-006x

Tiragem: 3000 exemplares

Fotografia da capa:
Rodrigo César

A encruzilhada do ensino politécnico

O ensino Politécnico Português encontra-se hoje numa encruzilhada difícil, cujas consequências podem ser muito negativas. De entre as causas conducentes a esta situação, deve mencionar-se, com particular ênfase, a indefinição de uma estratégia clara para o crescimento e valorização social deste subsistema de ensino superior.

De facto, a Lei de Bases do Sistema Educativo, promulgada e publicada em D.R. a 30 de Agosto último, altera desde logo as designações dos ciclos de formação acabando com o bacharelato e definindo o primeiro ciclo como licenciatura e o segundo ciclo como mestrado, conferindo ao ensino politécnico apenas competência para dar formação ao nível destes dois graus.

Estas novas disposições legais impõem a reestruturação curricular dos cursos do ensino politécnico, dado que a oferta actual consiste no bacharelato para primeiro ciclo e na licenciatura para segundo ciclo, obrigando à apresentação de novas estruturas curriculares. Contudo, o atraso na regulamentação da lei de bases (tendo-se verificado só muito recentemente a apresentação dos anteprojectos de decreto-lei para discussão pública), tem originado uma enorme instabilidade nas instituições politécnicas, uma vez que esta situação tem condicionado as reestruturações em curso.

É previsível que uma oferta para o ano lectivo 2006/2007 não consentânea com a nova lei, a juntar à obrigatoriedade dos nove e meio das provas de acesso, resulte num decréscimo de alunos superior ao que aconteceu em 2005, directamente imputável à presumível falta de oferta ajustada à lei, com prejuízos dificilmente superáveis e catastróficos para este subsistema.

Contudo, a regulamentação agora proposta, em particular o anteprojecto de decreto-lei dos graus académicos e diplomas do ensino superior, para além do uso de alguns re-arranjos semânticos para justificar a existência de dois subsistemas, é fortemente penalizadora para o ensino politécnico. Como exemplo

foto de Sofia Gomes

L. M. Vicente Ferreira

A formação para a empregabilidade, completamente ajustada à realidade socio-económica da Europa a que Portugal não escapa dada a sua inserção nesse espaço económico, obriga-nos a que se reformule, com urgência, o ensino superior em Portugal

gostaríamos de realçar dois aspectos: a) para o ensino politécnico "o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado tem 180 créditos e uma duração normal de seis semestres curriculares de trabalho", ao passo que para o ensino universitário, "o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado tem 180 a 240 créditos e uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho", podendo, assim, admitir-se que as mesmas áreas científicas possam dar origem a licenciaturas com número de créditos diferentes, porque nada se diz em contrário, ferindo a própria Declaração de Bolonha no seu conceito básico de mobilidade; b) por outro lado, o art.º 19 estipula que os mestrados integrados são apenas possíveis no sistema universitário.

Em última análise, podemos sustentar que, em ambos os casos citados, se visa prioritariamente garantir o financiamento do sistema universitário, acautelando-se mais um ano de formação financiado no primeiro ciclo ou os cinco anos integralmente financiados, em detrimento do sistema politécnico para quem a garantia do financiamento continuado do segundo ciclo carece de sustentação legal e se encurta o tempo de aprendizagem no primeiro ciclo. As regras propostas não visam de modo algum a credibilização e valorização do ensino politécnico no contexto nacional. Bem, pelo contrário, irão promover o seu definhamento e colapso a curto prazo.

Esta estratégia torna-se, porventura, ainda mais grave, se considerarmos que o novo paradigma de formação deve ser orientado para a empregabilidade, ao contrário do paradigma que está subjacente ao próprio projecto-lei, cuja matriz parece querer nortear-se pelos conceitos de saber versus o de saber aplicar.

Independentemente da retórica política que perpassa o anteprojecto do decreto-lei, o facto é que as instituições saberão reestruturar a sua formação não descurando o novo paradigma de ensino, o que porá em causa, a curto prazo, a coexistência dos dois subsistemas, cada vez mais interligados e forçados a interagir do mesmo modo e no mesmo espaço de ensino superior.

Julgo, pois, que a formação para a empregabilidade, completamente ajustada à realidade socio-económica da Europa a que Portugal não escapa dada a sua inserção nesse espaço económico, obriga-nos a que se reformule, com urgência, o ensino superior em Portugal, como, aliás, já o fizeram outros países e há muito mais tempo, passando porventura por um sistema único que racionalize os recursos, mesmo que isso tenha de passar por parcerias ou fusões entre instituições. Por nossa parte estamos disponíveis e preparados para iniciar esse novo desafio.

Aldeia global da arte em Viseu

A cidade de Viseu vai receber, de 1 a 4 de Março deste ano, artistas, educadores e investigadores de vários cantos do mundo, reunidos no congresso internacional «Diálogos Interdisciplinares em Arte Educação», com o propósito de reflectirem sobre as artes em contextos educativos. O evento, uma iniciativa da INSEA (Organização Internacional para a Educação pela Arte), vai decorrer nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu. Estão já inscritas mais de 300 pessoas.

Campus da Escola Superior de Tecnologia de Viseu onde irá decorrer o encontro internacional sobre artes e educação

A INSEA é uma organização não governamental, com um papel consultivo junto da UNESCO, composta por artistas, professores, agentes educativos (em galerias, museus e serviços culturais), animadores socioculturais e outras pessoas com interesses pela educação artística visual e pela educação pela arte.

A Arte e a Educação nas Sociedades Contemporâneas, Paz e Educação pelas Artes e Artes e Novas Tecnologias serão os grandes temas a ser abordados, ao longo de quatro dias do encontro, que contará com exposições e animação de rua em vários pontos da cidade.

São esperadas comunicações de especialistas nas várias áreas da produção artística. As atenções irão estar viradas para o papel da educação pela arte e da educação artística no desenvolvimento de valores como inclusão social, a identi-

foto de Lusa/Paulo Novais

A arte e o povo

A actuação do rancho folclórico Caminhos da Romaria, composto por professores, será um dos espectáculos que irão animar o Congresso Internacional «Diálogos Interdisciplinares em Arte Educação» de Viseu.

Prevista está também a surpreendente apresentação, em animação de rua, das Máscaras de Carnaval de Lanzarim. A vila, situada perto da cidade de Lamego, é o sítio onde na época carnavalesca os habitantes constroem originais máscaras de madeira. O dia do Carnaval é uma festa na vila, onde todos os habitantes são convidados a participar nas danças populares e na música.

A máscara de Lanzarim é, de resto, o logotipo oficial deste Congresso Internacional.

dade, a diversidade e a tolerância. A questão de saber «como pode a educação pelas artes contribuir para a paz no mundo?», ocupará uma parte importante debates. Os fundadores da INSEA sonhavam com um mundo onde, através das artes e da educação pela arte, os cidadãos se tornariam mais participantes na vida cultural das comunidades. Desse modo se daria um contributo decisivo para que as relações entre os indivíduos se tornem mais equilibradas.

O mundo global da tecnologia digital abriu portas à comunicação e à criatividade. Neste contexto irão ser apresentadas aplicações inovadoras, e interdisciplinares das tecnologias e de projectos internacionais, baseadas na pesquisa e na prática que envolvam a dimensão intercultural.

O conjunto de exposições previstas irá mostrar como a educação pela arte e a educação artística funcionam, em vários níveis etários e contextos educacionais, nos diferentes continentes.

As elações deste congresso internacional serão referenciadas na Cimeira Mundial da UNESCO sobre a educação pela arte que, terá lugar dias depois no Centro Cultural de Belém. Para isso será constituído um grupo de trabalho que apresentará as conclusões no último dia.

foto de Lusa

Viseu vem acolher mais de trezentos de participantes ao congresso internacional

100 Anos de Salvador Dali

foto de Lusa/Tom Mihalek

Salvador Dali

A mostra evocativa do centenário do pintor espanhol Salvador Dali, um dos génios da pintura do século XX, será apresentado em Viseu por Rose Aguiar Borges, do Brasil, que irá dar a conhecer o artista através do seu trabalho.

Salvador Dali (1904-1989), fez a primeira exposição em Barcelona, em 1925. Dois anos mais tarde apaixonou-se pelo surrealismo, acabando por integrar a corrente, onde conheceu a sua musa inspiradora, Gala Eluard. O seu período mais produtivo foi de 1929 a 1939, onde criou o seu próprio método que intitulou de crítico-paranóico. Nesta fase pintou algumas das suas principais obras: A Persistência da Memória (1931), Metamorfose de Narciso (1937), O Sono (1937) e Espanha (1938).

Outra das mostras será sobre a importância da dança tradicional brasileira na escola. A ideia é demonstrar como a introdução, nos currículos da disciplina aproxima a comunidade à escola. O projecto será exposto por Renata Meira, também do Brasil.

O australiano Damien Kamholtz irá apresentar uma exibição composta por obras da autoria de crianças da Índia, Cambodja, Japão e Irlanda do Norte. O objectivo, neste caso, é provar que é possível criar laços fraternos entre várias nações, através da criatividade das crianças.

Será também dado a conhecer um projecto sobre as preferências de actividades de tempo de lazer das crianças dos EUA e Israel. O objectivo é apresentar, através dos desenhos das crianças, semelhanças e diferenças entre as crianças norte-americanas e israelitas. Através do desenho, as crianças representam o seu mundo, modo de pensamento, emoções, problemas e desejos, assim como as características culturais do meio em que vivem.

foto de Lusa/Peter Foerster

Trovadores romenos na Amadora

O grupo musical romeno *Os Troveiros,* com o apoio da embaixada do seu país em Portugal, apresentou na Escola Superior de Teatro e Cinema um espectáculo de música, poesia medieval e renascentista. A troca de experiências foi um sucesso e uma aprendizagem, de que beneficiaram professores e alunos.

O grupo faz parte de um projecto intitulado «A Corte dos Comediantes – Atelier Europeu de Arte Medieval, Renascentista e Tradicional» que foi criado no ano 2000 pela Companhia de Arte Studio 24, de Bucareste (Roménia), e pela Companhia Specimen de Lecce (Itália).

O grupo de teatro «Studio Art 24» tem participado em vários festivais nacionais e estudantis, em festivais de teatro e de dança, de música medieval. E tem ainda realizado teatro de rua e teatro para crianças.

Em 1992 o grupo foi convidado pelo Conselho Europeu a apresentar-se na Segunda Semana Europeia da Juventude, que teve lugar em Bratislava. Em 1993 participou no III.º Forum da Francofonia, em Wegimont (Bélgica). E em 1997-1999 participou no Programa Europeu «A Juventude pela Europa?, tendo como parceiro a companhia de Teatro de Lecce – Itália.

A Corte dos Comediantes apresenta-nos uma viagem ao passado, onde os troveiros andavam de terra em terra, difundindo os acontecimentos, que iam recolhendo pelo caminho, através da dança, da música e da pantomima.

Estes jovens artistas, tentam trazer para o palco um espectáculo mais puro, centrado nos sentimentos, na alma e na vida, numa ligação de duplo sentido entre os actores e o público.

Este espectáculo já foi representado no Festival da Cidade Medieval de Fagaras, em Agosto de 2002; nas «Jornadas de Bucareste», em Outubro de 2002; nas «Jornadas de Bran», em Outubro de 2002; no Festival de Teatro Universitário de Albacete, Espanha, em 2003; na "Bienal Internacional de Teatro para as Crianças e os Jovens», em Beja, em 2003; no Teatro São Luís, em Lisboa, em Setembro de 2003; em Roma e Veneza; e no Instituto de Pesquisa das Ciências das Humanidades, em 2004.

A anteceder o espectáculo foi realizada a cerimónia de inauguração de uma exposição de fotografia, representativa de exercícios de alunos da ESTC, da autoria de Rui Mateus e Emanuel Magessi, intitulada «De fora para dentro».

Foto de Pedro Pina

"Os Troveiros" na Escola Superior de Teatro e Cinema: a arte de cantar e encantar

Empresas ensinam Marketing

Arquivo Politecnia

Os responsáveis pelo Marketing da TAP, da Unicer, da Autoeuropa e da FNAC foram os principais intervenientes no VIII Encontro do Departamento de Educação Organizacional, que se realizou na Escola Superior de Comunicação Social, em Novembro de 2005.

Este evento, subordinado ao tema «Cultura, Identidade e Imagem», abordou as diferenças existentes entre a identidade, aqui interpretada como «aquilo que a instituição comunica»; e a imagem que é apreendida pelos consumidores. A ilação que se retirou, do que foi discutido, foi de que a identidade resulta da soma de várias variantes, como a simbologia, a cultura da organização e a comunicação que ela transmite para o exterior.

O Eng.º Gil Oliveira, responsável por um departamento que aposta na inovação, na Autoeuropa, referiu-se à implementação de novas formas na organização do trabalho, centradas no trabalho em equipa.

Já Rui Ferreira, director de marketing da FNAC, falou sobre a cultura organizacional da empresa, que aposta na difusão da cultura e na multiplicidade cultural.

Durante o encontro, dois licenciados em Comunicação Empresarial, mostraram «A Cultura da Abraço» e «O Papel dos Valores».

O evento encerrou com a entrega de prémios relativa ao concurso «Quem é q'ESCS».

Docente do ISEL ganha prémio de inovação

O Prémio Inovação Jovem Engenheiro, instituído há 15 anos pela Ordem dos Engenheiros, foi ganho por Pedro Vieira, docente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. O galardão premeia uma investigação sobre aumento de capacidade dos telemóveis da terceira geração.

Pedro Vieira conquistou o prémio agora atribuído, relativo a 2004, ex-aequo com o seu colega Francisco Couto, da Faculdade de Ciências de Lisboa. A distinção pretende galardoar trabalhos na área da engenharia que se distingam pela originalidade, mérito técnico-científico e aplicabilidade prática, produzidos por jovens engenheiros com idade inferior a 31 anos.

O projecto de Pedro Vieira intitulado «Aumento da Capacidade em redes móveis de 3ª Geração usando Tecnologia Mimo» incide, como o próprio explica, sobre "a aplicação da tecnologia Mimo às redes móveis UMTS (3ª Geração)" (ver caixa). Um trabalho de valor científico e técnico de alcance internacional que justifica a sua aplicabilidade prática, face ao lançamento comercial em larga escala dos sistemas Mimo que deverá acontecer no prazo de quatro anos. Ganhar este concurso foi um marco importante na vida profissional do jovem engenheiro que, para além de leccionar no ISEL, na área das telecomunicações, possui uma experiência acumulada de cinco anos de trabalho na área de planeamento e optimização de redes móveis em dois dos três operadores 3G do mercado.

foto de Sofia Gomes

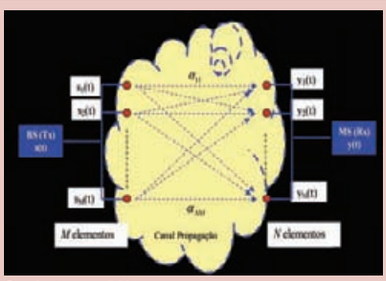
O representante da Ordem dos Engenheiros, Paulo Reis, entrega o prémio Inovação Jovem Engenheiro 2004 a Pedro Vieira

O premiado defende uma forte aposta na ligação entre o mundo profissional e o mundo académico. Em sua opinião, «Portugal tem muitos engenheiros investigadores prontos a inovar contribuindo para actividades de I&D em parceria com empresas de telecomunicações». E espera que a divulgação do Prémio Inovação contribua para a concretização desse objectivo.

O presidente de júri do concurso, Pedro Lynce Faria, felicitou a Ordem dos Engenheiros pela iniciativa, acreditando e realçando o mérito dos jovens engenheiros. Para ele estamos perante um «trabalho árduo e moroso, com resultados incertos», que exige disciplina, persistência e esforço, para os quais «nem todos os jovens estão disponíveis».O prémio, no valor de 10 mil euros, conta com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e, ainda, do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010.

O que são os sistemas Mimo?

Para melhor se entender a importância do prémio, solicitámos ao Engenheiro Pedro Vieira que nos explicasse em que consiste, e qual o alcance, do seu trabalho. Em sua opinião, há que pensar, em primeiro lugar, que existe uma ligação rádio entre uma estação-base e um telemóvel. E que a ligação entre a estação-base e o terminal móvel se encontra equipada com vários antenas.



O sistema Mimo em esquema

O conceito inerente aos sistemas Mimo passa por combinar os sinais emitidos e recebidos de uma determinada forma, de modo a que seja possível melhorar o desempenho do sistema. Esta melhoria de desempenho reflecte-se na maximização dos ritmos de transmissão associados, na possibilidade de implementação de serviços mais atractivos e na melhoria da qualidade de serviço oferecida ao cliente final.

Usando este tipo de tecnologia é possível atingir ritmos de ordem dos 21.6 Mbit/s, bastante superiores aos 2.0 Mbit/s do UMTS convencional.

Viena inspira Fórum de Música

foto de Lusa/Michal krumphanzl

A ideia de realizar em Portugal o Fórum Internacional de Música e Outras Artes surgiu em Setembro de 2004, quando a Professora Júlia Lello, docente da ESELx, teve a oportunidade de conhecer o movimento «Arte e Educação para o séc. XXI», num feliz acaso. Tendo-se deslocado a Viena de Áustria para acompanhar o filho numa Masterclass de Música, teve contacto com um Fórum-Competição que decorria no edifício onde se encontrava hospedada. Foi ficando entusiasmada com o nível de execução e interpretação das crianças e jovens, a cujas actuações foi assistindo, bem como pelo espírito da organização, de que aos poucos se foi apercebendo.

Embora não fosse viável, na altura, imitar a ideia, Júlia Lello não deixou de trazer na bagagem, para Portugal, a ideia do projecto, seguramente interessante para a Escola Superior de Educação de Lisboa. O título de uma das comunicações – «Educação para o sucesso» – apresentada por um dos pedagogos ligados ao Movimento, deu o mote, uma vez que ia ao encontro de preocupações e conversas tidas com algumas pessoas em Portugal.

Programa provisório

16 de Março
Chegada dos participantes

17 de Março
9h/16h- Ensaios individuais
19h- Abertura do III Fórum e Concerto

18 de Março
9h-16h- Ensaios individuais

19 de Março
11h-17h- Concurso (sopros e cordas)

20 de Março
11h-17h- Concurso (piano e ensembles de Música de Câmara)
19h- Concerto

21 de Março
10h-14h- Seminários e palestras

22 de Março
10h-17h- *Masterclasses*
19h- Concerto

23 de Março
10h-17h30- Palestras
20h- Concerto

24 de Março
10h-12h- Conferência pedagógica
19h- Concerto.

25 de Março
19h- Concerto dos laureados

No decorrer do evento Júlia Lello observou também que, para além do virtuosismo que as crianças possuíam, mesmo as mais jovens estavam calmas e descontraídas, sem uma pose maçadora de meninos-prodígio. Uma vez em Lisboa, a docente da ESE-Lx iniciou os contactos com Kiev, no sentido de trazer o grupo a Portugal. Os contactos foram dificultados pelas barreiras linguísticas e tecnológicas. Essa dificuldade foi resolvida por um professor de violino do Conservatório do Funchal, Vladimir Proudnikov, que a contactou, por estar a organizar um fórum idêntico naquela cidade insular. Após um contacto com as escolas do IPL, no sentido de solicitar apoios para o projecto,a professora Júlia Lello, consegui a colaboração de dois alunos Sofia Gallis (ESTC) e Filipe Pereira (ESCS), que em conjunto tinham criado a Associação Cultural "Peça por Peça", entidade que é agora, responsável pela componente logística.

A expressão "Arte e educação", é suficientemente lata para que, nela caibam outras manifestações artísticas para além da música. Os participantes do fórum concordaram que, o movimento possa desenvolver-se também, integrando outras formas de Expressão Artística, como a Arte Dramática, o Ballet ou as Artes Plásticas. Para além do programa dedicado à componente musical, estão a ser considerados outros programas paralelos.

As entidades co-organizadoras, deste evento são a Escola Superior de Educação de Lisboa, o "Movimento Arte e Educação para o Século XXI", e a Associação Cultural "Peça por Peça". Para além destas, o evento conta com o apoio do Instituto Politécnico de Lisboa e da Orquestra Metropolitana.

Sendo uma iniciativa de elevada qualidade cultural, e dadas as entidades culturais que apoiam o projecto pela sua natureza, o Instituto Politécnico de Lisboa tem a oportunidade de surgir perante o Ensino Superior e restantes representações culturais, como entidade agregadora de projectos de dimensão internacional, de grande contributo para a sociedade portuguesa.

Saúde evoca Raios X

No fim da tarde do dia 8 de Novembro de 1895, num pequeno laboratório situado na cidade de Wurzburg, na Alemanha, o físico Wilhelm Conrad Rontgën, (1845-1923) reitor da universidade de Wurzburg, dedicava-se a experiências com o tubo de raios catódicos inventado pelo inglês William Crookes (1832-1919). Naquele dia, algo de diferente aconteceu. Próximo do tubo estava uma placa coberta com uma substância denominada platinocianeto de bário, que ganhou um brilho.

Intrigado, Rontgën resolveu colocar entre o tubo e a placa um livro e uma folha de alumínio, tendo concluído que o brilho continuava. Algo saia do tubo, atravessava os obstáculos e atingia a placa. Estava descoberto o Raio X.

No dia 22 de Dezembro de 1895, Rontgën, fez a radiação atravessar a mão da sua mulher, Bertha, tendo ficado registado na placa fotográfica a estrutura óssea interna da mão. Tinha realizado a primeira radiografia da história. Mas ainda hoje se discute se a descoberta dos Raios X por Rontgën foi obra do acaso, ou o resultado de um persistente trabalho de investigação.

Já o físico escocês James Clerk Maxwell (1831-1879) tinha previsto a existência e a natureza das ondas electromagnéticas. Em 1887, o físico alemão Heinrich Rudolf Hertz demonstrou a existência da radiação electromagnética, criando um aparelho que emitia ondas de rádio. Entre 1858 e 1895, a comunidade científica da época andava muito atarefada a realizar experiências com os raios catódicos. Físicos, como os alemães Eugen Goldstein, Philipp Lenard e o inglês Sir Joseph John Thomson, andaram muito perto de descobrir os Raios X., mas foi só Rontgën que percebeu a descoberta que tinha realizado. E foi por isso que, foi galardoado com o Prémio Nobel de Física em 1901.

Foi esta importante descoberta que a Escola Superior de Tecnologia da Saúde evocou, numa sessão realizada em Novembro último. Nesse dia e nessa escola, um notável grupo de palestrantes, constituído pelos Professores Doutores Luís Ayres de Sousa e Fernando Godinho, e pelo Dr. Mário Vilhena, debruçaram-se sobre a história e a evolução da Radiologia, da Medicina Nuclear e da Radioterapia.

Na circunstância foi também apresentado um conjunto de comunicações sobre as perspectivas técnicas nas áreas de diagnóstico e tratamento por radiações. A troca de ideias versou também o desenvolvimento futuro da aplicação das radiações no diagnóstico e tratamento em radiologia, radioterapia e Medicina Nuclear. E foi destacado o papel da física, como factor de integração futura das principais valências radiológicas.

Na sessão, que contou com cerca de 340 participantes, para além de professores e de alunos, participaram igualmente, técnicos de radioterapia e de equipamento médico.

Momento da intervenção do professor Manuel Correia, director da ESTeSL

França aplaude Escola de Cinema

A 6ª edição da Festa do Cinema Francês, que decorreu em Outubro e Novembro de 2005, nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, trouxe nesta edição a Portugal 32 filmes, todos em estreia absoluta no nosso país. A qualidade do cartaz foi excelente, tendo-se destacado os filmes Le Couperet de Costa-Gravas, Caché de Michael Haneke, Gabrielle de Patrice Chéreau e C'est pas tout à fait la vie dont j'avais rêvé de Michel Piccoli.

O festival, que desde 2000 tem uma periodicidade anual, foi organizado pelo Instituto Franco-Português. Para além dos filmes que exibiu, prestou uma importante homenagem à Escola Superior de Teatro e Cinema do IPL, enquanto Instituição geradora de talentos para a Sétima Arte.

A escola foi representada pelo Director do Departamento de Cinema, professor José Bogalheiro, que declarou encarar esta homenagem como um estímulo para que a escola continue a produzir bons profissionais no campo do cinema.

Durante três dias, estudantes de cinema portugueses e franceses, da Fenis e da ESTC, trocaram experiências no Instituto Franco Português. Durante esses encontros, os jovens puderam visionar trabalhos e debater textos e técnicas de representação.

Japoneses ensinam Kabuki

foto de Pedro Pina

Um combate reconstituído em palco

Um grupo de actores japoneses promoveu na Escola Superior de Teatro e Cinema, na Amadora, uma apresentação do Teatro Kabuki, em colaboração com a Embaixada do Japão em Lisboa. O evento foi uma iniciativa do «Kabuki for Everyone Committee» que levou a cabo uma série de actividades no ano de intercâmbio entre os povos da União Europeia e o Japão, que se comemorou em 2005.

O Kabuki é uma das formas mais representativas das artes teatrais japonesas. Surgiu no Japão durante o período Edo (1600-1868), quando uma nova classe, constituída por mercadores, resolveu criar um tipo de espectáculo mais atraente do que aquele que era apreciado pelos aristocratas. Assim, os mercadores criaram um mundo centrado nos prazeres terrenos, relegando para segundo plano as preocupações budistas quanto à salvação.

As actividades das geishas, com as suas danças sensuais começaram nessa época a ser muito apreciadas. Até que as autoridades locais resolveram, em 1629, proibir a presença de mulheres em palcos teatrais. Essa proibição levou ao aparecimento de um grupo de actores masculinos, os onnagata, que se especializaram em representar papéis femininos.

Durante 250 anos, os actores de Kabuki levaram à perfeição a arte de onnagata. Quando a interdição terminou, essa arte já estava enraizada no Kabuki. As mulheres tinham sido banidas para sempre.

Actualmente o Kabuki continua a gozar de uma grande popularidade, tendo-se tornado um símbolo da cultura japonesa. Foi esta arte cénica, que junta elementos musicais e dançarinos, que foi mostrada a estudantes e professores da Escola de Teatro e Cinema. É uma representação recheada de cor, servida por cenários, guarda-roupa e maquilhagem propositadamente extravagante.

foto de Pedro Pina

O aprendiz e o mestre: as personagens femininas são representadas por homens

Beethoven no ISCAL

foto de Lussi/Staatliche Museen zu Berlin

A sessão solene de abertura do ano lectivo no ISCAL foi marcada pela actuação do Grupo de Música de Câmara daquele Instituto, que interpretou a obra «Para Elisa», de Beethoven, seguida de duas peças de Mozart e da canção «Foi Deus», de Alberto Janes.

Desde a sua criação, em Março de 2001, que o Grupo de Câmara do ISCAL tem mantido uma presença regular nas actividades da Instituição, procurando intervir activamente na vida cultural e social do Instituto, valorizar as relações inter-pessoais e proporcionar actividades de desenvolvimento pessoal e colectivo.

As intervenções que se seguiram, protagonizadas pelos principais dirigentes e gestores do Instituto, permitiram um importante balanço sobre o ano lectivo transacto e a serena perspectivação das actividades futuras.

A sessão ainda contou com a presença do Dr. José Roquette, presidente do Conselho de Administração da Finagra – Sociedade Industrial e Agrícola SA, que dissertou sobre a Ética Empresarial, advogando nomeadamente que as regras desse comportamento profissional são, fundamentalmente, as mesma da vida privada.

Entre a assistência encontravam-se Presidentes e Vice-Presidentes de Institutos Superiores e Faculdades e o Reitor da Universidade de Lisboa. Seguiu-se a entrega de prémios aos melhores alunos do ano lectivo 2004/2005.

A brincar também se aprende

No decurso do século XX, a construção social pelo mundo adulto de diversas concepções acerca das crianças contribuiu para configurar legalmente a criança como sujeito de direitos à escala nacional e global. A ideia foi expressa pela professora Manuela Ferreira, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, durante as jornadas sobre A Criança e a Cidadania, realizadas na Escola Superior de Educação de Lisboa. A docente explicitou os conteúdos, lembrando que no plano nacional, esses direito estão consagrados nas Constituições e nas políticas sociais para a infância; e, à escala global, na Declaração de Genebra (1923), na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e na Convenção dos Direitos da Criança (1989).

A concepção generalizada de que o brincar é um direito universal das crianças e de que o Jardim-de-Infância é um dos contextos privilegiados para a realização da sua cidadania – o ofício da criança é brincar – é o ponto de partida. Aí se cumprem os seus direitos de Protecção, Provisão e Participação, e é essa a base para reflectir acerca das cidadanias e das crianças na contemporaneidade, por referência aos pressupostos da Sociologia da Infância e de uma conceptualização da cidadania das crianças.

Quando se assumem as crianças como actores sociais competentes,

foto de Lusa/António Cotrim

foto de Lusa/Manuel de Almeida

nas suas identidades, vozes e diferenças mas também desigualdades, compreende-se a cidadania das crianças como um processo relacional plural. É um processo construído socialmente num espaço-tempo situado no presente, capaz de desafiar a rigidez dos tradicionais padrões hierárquicos e posições estruturais entre adultos e crianças. Pondo em causa a suposta homogeneidade do grupo de pares, reconceptualizando o quotidiano do Jardim-de-infância como uma política da vida.

Clara Felgueiras, militante do Movimento da Escola Moderna, com larga experiência na educação básica, inspirando-se em Vigotsky (1977) defendeu que promovendo as aprendizagens e a interacção comunicativa faz-se avançar o desenvolvimento psicológico e social dos educandos. Em sua opinião, o sentido social imediato daquilo que os alunos aprendem, cooperando nas aprendizagens de cada um dos outros, sustenta a motivação intrínseca do trabalho.

Ao referir-se às estruturas de cooperação educativa do Movimento da Escola Moderna, Clara Felgueiras torna explícito que a cooperação é o processo educativo em que os alunos trabalham juntos (em pequeno grupo ou a pares) para atingirem um objectivo comum. Este processo tem-se revelado a melhor estrutura social para a aquisição de competências, o que contraria frontalmente toda a tradição individualista e competitiva da organização do trabalho na escola em geral.

A estrutura cooperativa pressupõe que cada um dos membros do grupo só possa atingir o seu objectivo se cada um dos outros o tiver atingido também. Pelo contrário, a estrutura competitiva significa que um indivíduo só atinge o seu objectivo quando o outro o não atingir.

O que distingue, fundamentalmente, a aprendizagem cooperativa é o facto de que o sucesso de um aluno contribui para o sucesso do conjunto dos membros do grupo. Este mecanismo de facilitação social adquire tanto maior eficácia quanto mais conscientes forem os membros cooperantes desta regra estrutural que os une.

Maria Emília Brederode, do Conselho Nacional da Educação, referiu a importância da Educação para a cidadania em Portugal e no mundo. E a educação para os direitos humanos como forma actual de educação para a cidadania. Propôs um currículo formal e informal de Educação para os Direitos Humanos, ao longo de toda a vida.

Maria Emília Nabuco

Bochmann condecorado pela Rainha Isabel II

Christopher Bochmann, docente da Escola Superior de Música de Lisboa, foi condecorado, por Sua Majestade a Rainha Isabel II, de Inglaterra, com a Ordinary Officer of the Civil List of the Order of the British Empire. A homenagem resulta do trabalho que este, compositor, maestro e professor, tem realizado ao longo dos últimos 25 anos em Portugal.

A cerimónia da condecoração, que ocorreu no dia 1 de Dezembro de 2005 no Palácio de Buckingham, não significou, para Christopher Bochmann, o fim de um ciclo, mas sim o reconhecimento de uma carreira que deseja continuar. Toda ela dedicada ao ensino da música e ao prestígio da Escola Superior de Música

Bochmann, nasceu em 1950, numa pequena cidade inglesa, chamada Chipping Norton. Filho de pai alemão e mãe inglesa, ambos violoncelistas, passou a infância a ouvir música erudita. Quando tinha um ano, a família mudou-se para a Turquia onde viveu nove anos. Em 1960, voltou para a Grã-Bretanha, onde ingressou no Radley College, tendo começado a cantar no coro de St. George's Chapel, no Castelo de Windsor.

Ordinary Officer of the Civil List

Isabel II imponda a condecoração a Bochmann, no Palácio de Buckingham

Aos 16 anos acabou o ensino secundário inglês (A-level), especializando-se em grego e latim. Em 1967/68 foi estudar para Paris com a famosa professora Nadia Boulanger, experiência que considera decisiva para a sua formação musical. Frequentou, entre 1968 e 1972, a Universidade de Oxford, onde adquiriu o grau de Doctor of Music. Começou a sua carreira de docente em Inglaterra, mas em 1978 decidiu ir em busca de novas experiências, tendo ingressado na Escola de Música de Brasília, no Brasil, onde se manteve dois anos. Em 1980 decidiu finalmente vir para Portugal, por considerar mais enriquecedor leccionar num país com poucas condições para o ensino da música. Foi professor do Instituto Gregoriano de Lisboa, e do Conservatório Nacional, acabando por, entrar na Escola Superior de Música de Lisboa em 1983. Actualmente é o docente responsável pela área da composição e orgulha-se de ter o número quatro no seu processo individual. Apesar de ter dedicado os últimos 23 anos da sua vida profissional à ESML, seis deles como seu director, só recentemente consegui ingressar no quadro docente da escola. No início aplicava-se o critério de que os professores estrangeiros não podiam entrar para o quadro. Mais tarde, concluiu-se que essa não era uma razão impeditiva, mas já não restavam vagas. Por fim, com a aposentação de uma colega, chegou o momento tão esperado para quem vive a escola de uma forma intensa.

A par da sua actividade como docente publicou, em 2003, o livro A Linguagem Harmónica do Tonalismo. É maestro titular da Orquestra Sinfónica Juvenil desde 1984 e, como compositor, autor de um amplo conjunto de obras de todos os géneros, assim como de numerosos arranjos e orquestrações.

Bochmann considera que o facto de ser compositor foi fundamental para abraçar a carreira de professor.

Em seu entender, um compositor que tenha o dom de transmitir os seus pensamentos aos alunos, será sempre bom professor. A sua actividade como maestro possibilita-lhe manter uma ligação mais física e menos académica com a música.

Apesar de ter passado a maior parte da sua vida fora da Inglaterra, e nunca renegar as suas origens inglesas, considera-se um cidadão europeu, que independentemente da nacionalidade, procura integrar-se na sociedade em que vive.

Nos seus primeiros tempos em Portugal sentiu-se um pouco marginalizado, por ser estrangeiro, mas a situação foi-se alterando a pouco e pouco. E em 2004 teve a recompensa, ao ser-lhe atribuída pelo Ministério da Cultura a Medalha de Mérito Cultural.

Diz que quando chegou a Portugal, em 1980, encontrou o ensino da música numa fase muito arcaica, relativamente ao que se passava no resto da Europa.

Christopher Bochmann encara o presente e o futuro com optimismo. Diz que hoje se assiste a uma maior cooperação entre os professores de música, e a um maior envolvimento das escolas, no desenvolvimento do ensino da música. Os alunos são os principais beneficiados, já que este novo espírito, que se reflectiu na organização dos cursos, faz com que os licenciados da ESML tenham já um nível igual ao dos seus colegas europeus.

Em seu entender, a sociedade portuguesa revela ainda pouca apetência para o usufruto da cultura. Advoga, por isso, que se faça um grande investimento ao nível do ensino básico, para criar uma nova consciência cultural no país. «Essa mudança de atitude, face à cultura, seria mais urgente para Portugal – afirma, categórico – do que as grandes alterações preconizadas pelo Processo de Bolonha para o Ensino Superior».

Christopher Bochmann: uma vida dedicada ao ensino e à música

foto de Pedro Pina

Espectadores: precisam-se!

O Maestro e compositor gostaria de ver as salas de espectáculos portuguesas, cheias de um público conhecedor e crítico daquilo que está a ouvir, e não apenas, como acontece muitas vezes, por familiares de alguns dos artistas.

Enquanto professor, e apesar das expectativas criadas com a construção do novo edifício da Escola Superior de Música, no Campus de Benfica, Christopher Bochmann alerta para o facto de não serem apenas as boas condições trabalho que contribuem para uma boa qualidade de ensino. Em seu entender é necessário continuar com o empenho até aqui demonstrado por todos os que ali trabalham e estudam, de forma a não se perder o espírito artístico, que actualmente existe. E que é preciso transportar para a nova escola.

Congresso Internacional EUPRERA

Lisboa capital europeia da comunicação

O Congresso Europeu de Relações Públicas realizou-se em Portugal, na Escola Superior de Comunicação Social, num tempo particularmente importante, marcado pela viragem. Dificilmente encontraríamos um momento mais marcante do que o actual para nos posicionarmos na Europa. Dificilmente voltaremos a deparar-nos, enquanto profissionais, docentes, investigadores, estudantes de Relações Públicas, com um momento onde o nosso saber, a nossa vontade, os nossos conhecimentos, possam ser simultaneamente mais úteis e mais valorizados.

Textos de Mafalda Eiró-Gomes

Foto de Ricardo Almeida

A noção de «desenvolvimento económico» entrou claramente nas conversas quotidianas. Ouvimo-la frequentemente nos noticiários televisivos, usamo-la para justificar determinado avanço científico ou tecnológico, invocamos a sua falta para justificar resultados menos positivos ao nível da qualidade do ensino nas nossas instituições. Equacionamo-la contudo, quase sempre, com o Produto Interno Bruto. Menos frequente tem sido questionarmo-nos sobre o que queremos realmente dizer quando falamos de desenvolvimento económico. Se o fizermos talvez que não seja difícil encontrarmos nos textos de alguns conceituados economistas interpretações alternativas. Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia em 1998, oferece-nos precisamente uma outra proposta – a de considerarmos o desenvolvimento económico como o fomentar da liberdade humana, a liberdade de desfrutarmos de uma boa qualidade de vida. (cf. Amartya Sen, "Ética de la empresa y desarrollo económico", 2003)

A proposta da actual Comissária europeia responsável pelas Relações Institucionais e pela Comunicação Estratégica não está, de todo, longe da ideia defendida por Sen. Para Margot Wallström o modelo europeu é o modelo de uma sociedade onde o progresso económico é indissociável do progresso social nas suas múltiplas vertentes. Mesmo que não partilhemos o seu optimismo não podemos discordar da sua visão de uma Europa participativa, solidária e dialogante. Diálogo é precisamente um dos três vértices da sua mais recente proposta, o Plano D: D como em diálogo, D tal como em debate e D para democracia.

Uma dúvida surge-nos contudo imediatamente: porquê a necessidade de comunicar a «Comunicação»? Se esta fosse a formulação mais correcta da nossa dúvida, a resposta mais evidente a esta interrogação encontrávamo-la no título de um discurso proferido em Bruxelas, a 28 de Junho último, pela própria Comissária Wallström, «Communicating

Foto de Ricardo Almeida

Foto de Ricardo Almeida

Foto de Ricardo Almeida

Foto de Ricardo Almeida

a Europe in stormy waters: Plan D». Urge então repensar o que na é que na realidade queremos perguntar. Parece-nos que a melhor formulação para a nossa dúvida não estará, de todo, longe da proposta oferecida por Wittgenstein: porquê a necessidade de, para além de agir, comunicar a intenção da minha acção? Não é de todo novo para os que trabalham na nossa área disciplinar o sentimento de que as organizações – públicas, privadas ou do sector social – só se "lembram" da comunicação quando tudo o resto falhou. Pela primeira vez na história da Comissão Europeia o cargo de responsável pela Comunicação tem honras de vice-presidência, com uma missão que muitos adjectivam de «impossível». A estes a Comissária respondeu que a sua missão não seria impossível mas, sim, «irresistível» Acredito que sim. Acredito que fomentar e desenvolver a compreensão, o entendimento, a adesão a projectos comuns fundados no que é comum à «família humana» e no respeito pela diferença que caracteriza cada um dos seres vivos é com certeza um desafio difícil mas sem dúvida apaixonante.

Actualmente alguns dos mais importantes teóricos da área da comunicação aplicada defendem que a mais valia das Relações Públicas se prende também com a sua capacidade de criar relações comunitárias, isto é, quando para além de relações de troca, cria relações que podem beneficiar os públicos sem necessariamente beneficiarem a organização. De alguma forma, o presente congresso permitiu-nos perceber que muitos já estamos a caminhar para o assumir de que as Relações Públicas são, antes de mais, o que tantos continuam a negar: impulsionadoras por definição, da comunicação no interesse público.

Não será demais salientar a importância para o desenvolvimento das Relações Públicas em Portugal, e para a entrada de Portugal no grupo dos que controlam a agenda em termos de investigação em Relações Públicas, a realização, em Lisboa, do Congresso Anual da Associação Europeia para a Educação e Investigação em Relações Públicas e do Encontro Europeu de estudantes de Relações Públicas e Comunicação.

O presente congresso permitiu-nos perceber que muitos já estamos a caminhar para o assumir de que as Relações Públicas são, antes de mais, o que tantos continuam a negar: impulsionadoras por definição, da comunicação no interesse público

Novos desafios para as Relações Públicas

A ESCOLA Superior de Comunicação Social acolheu, entre os dias 10 e 13 de Novembro. o Congresso Europeu de Relações Públicas, subordinado ao título «New Challenges for Public Relations». Profissionais, docentes, investigadores e estudantes de doutoramento de 60 países reuniram-se em Lisboa, sob os auspícios do Instituto Politécnico de Lisboa e com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Objectivo; discutirem as grandes questões que se prendem com o ensino das Relações Públicas, a sua prática profissional e, *the last but not the least*, a investigação fundamental e a investigação aplicada numa das áreas mais importantes na sociedade contemporânea.

Foto de Ricardo Almeida

Especialistas e docentes europeus da área das Relações Públicas debateram estratégias em Lisboa

Este foi o sétimo congresso anual da Associação Europeia para a Educação e Investigação em Relações Públicas e o primeiro desta associação alguma vez realizado em Portugal. A Associação Europeia para a Educação e Investigação em Relações Públicas (EUPRERA) é uma organização autónoma que tal como o seu nome indica tem como principal missão o desenvolvimento da pesquisa no campo das Relações Públicas (RP), bem como a reflexão sobre o ensino desta disciplina no seio das diferentes instituições de ensino su-

Foto de Ricardo Almeida

As políticas de responsabilidade social das organizações devem ser pensadas enquanto parte integrante de todos os processos estratégicos das organizações e não como algo acrescido ou independente das práticas quotidianas dessas mesmas organizações

perior em toda a Europa. Os seus objectivos são: encorajar a investigação em RP, fomentar a investigação tanto fundamental como aplicada, e estudar, desenvolver e promover novos métodos para o ensino das RP.

O comité executivo do congresso – constituído por docentes da Escola Superior de Comunicação Social e presidido pelo Professor Coordenador José Viegas Soares –, apresentou um programa científico coerente com a realidade que se vive na Europa. A atenção esteve virada para às grandes questões que se colocam à Comunicação, enquanto criadora de relações de confiança, promotora da responsabilidade social das empresas, dinamizadora de experiências entre indivíduos provenientes de diferentes *background* culturais ou enquanto adjuvante da mudança de comportamentos.

«Desafios postos ao ensino das Relações Públicas na Europa em consequência do Processo de Bolonha» foi o tema escolhido para abrir os trabalhos do congresso. O orador convidado, Roger Standaert, conceituado especialista belga em questões ligadas à investigação e ao ensino, apresentou um sumário dos desenvolvimentos e desafios colocados ao ensino superior europeu pelo Processo de Bolonha. Seguiu-se um aceso debate, protagonizado por professores de diversas instituições de ensino superior europeu - Inger Jensen (Dinamarca), Louis-Philippe Laprévote (França), Dejan Vercic (Eslovénia), Minka Zlateva (Bulgária), Danny Löwensberg (Reino Unido) e Jordi Xifra (Espanha). A pertinência e actualidade do tema não deixou nenhum dos participantes indiferente, pelo que o debate se estendeu à audiência tendo-se prolongado muito para além do tempo previsto. Se é verdade que os consensos, no que se refere à aplicabilidade dos princípios consagrados pelo Processo de Bolonha, não parecem fáceis, isso não constitui qualquer objecção ao sentimento partilhado de que urge encontrar plataformas comuns para o desenvolvimento do ensino e da investigação na Europa.

Na sexta-feira as atenções cen-

Foto de Ricardo Almeida

As Relações Públicas nas Relações Públicas: alunas da ESCS acolhem os conferencistas estrangeiros

traram-se na primeira sessão plenária: «Corporate Identity». De entre os oradores presentes cumpre-nos destacar a presença de Nadim Habib (Hill & Kowlton-Portugal) e Sven Hamrefors (Stockolm School of Economics – Suécia) que apresentaram, respectivamente, comunicações sobre a importância do conceito de «reputação» nas novas dinâmicas empresarias e o papel da comunicação na liderança das organizações.

«The Role of Public Relations in organizational development», «Public Relations and new Corporate Values and Identity», «Public Relations in Cross-cultural experiences» e «Public Relations, new technologies, new challenges» foram os temas escolhidos para o primeiro grupo de quatro sessões paralelas. Foram apresentadas vinte e seis comunicações, provenientes de países como a Eslovénia, Nova Zelândia, Turquia, Alemanha, Croácia, Finlândia, Hungria ou a vizinha Espanha. De salientar também a presença de oradores portugueses, que demonstraram que também em Portugal se trabalha em Relações Públicas, se inova e se desenvolvem projectos de elevadíssima qualidade.

O dia 12 foi dedicado ao tema: «Public Relations in the public interest». Para além de quatro sessões paralelas, «Communication and Public interest». «PR in community relations», «PR in health end environmental programs» and «Corporate Social Responsibility» – onde foram apresentadas cerca de duas dezenas de comunicações – os conferencistas assistiram ainda à segunda e última sessão plenária do congresso. Subordinada ao título «PR and Corporate Social Responsibility», a sessão final permitiu aos presentes, num primeiro momento, discutirem o conceito de «responsabilidade social» perspectivado tanto de um ponto de vista filosófico como sociológico e num segundo momento reflectir sobre o papel das Relações Públicas na compreensão, desenvolvimento e comunicação da Responsabilidade Social. A primeira perspectiva foi apresentada por António Marques, da Universidade Nova de Lisboa, e a segunda por Susanne Holmström, da Roskilde University (Dinamarca). Toni Muzi Falconi e Nicoletta Cerana – dois dos mais reputados profissionais e investigadores italianos – foram os responsáveis pela apresentação e discussão do conceito de «Responsabilidade Social», enquanto uma das áreas chave nas políticas e práticas organizacionais. As políticas de responsabilidade social das organizações devem ser pensadas enquanto parte integrante de todos os processos estratégicos das organizações e não como algo acrescido ou independente das práticas quotidianas dessas mesmas organizações.

On crie à default de réfléchir. On s'agit au lieu d'agir.

Tahar Ben Jelloun

É sempre difícil retirar conclusões específicas de eventos deste tipo pelo que optámos por resumi-lo em duas palavras: reflectimos e agimos.

Estudantes de dez países em congresso paralelo

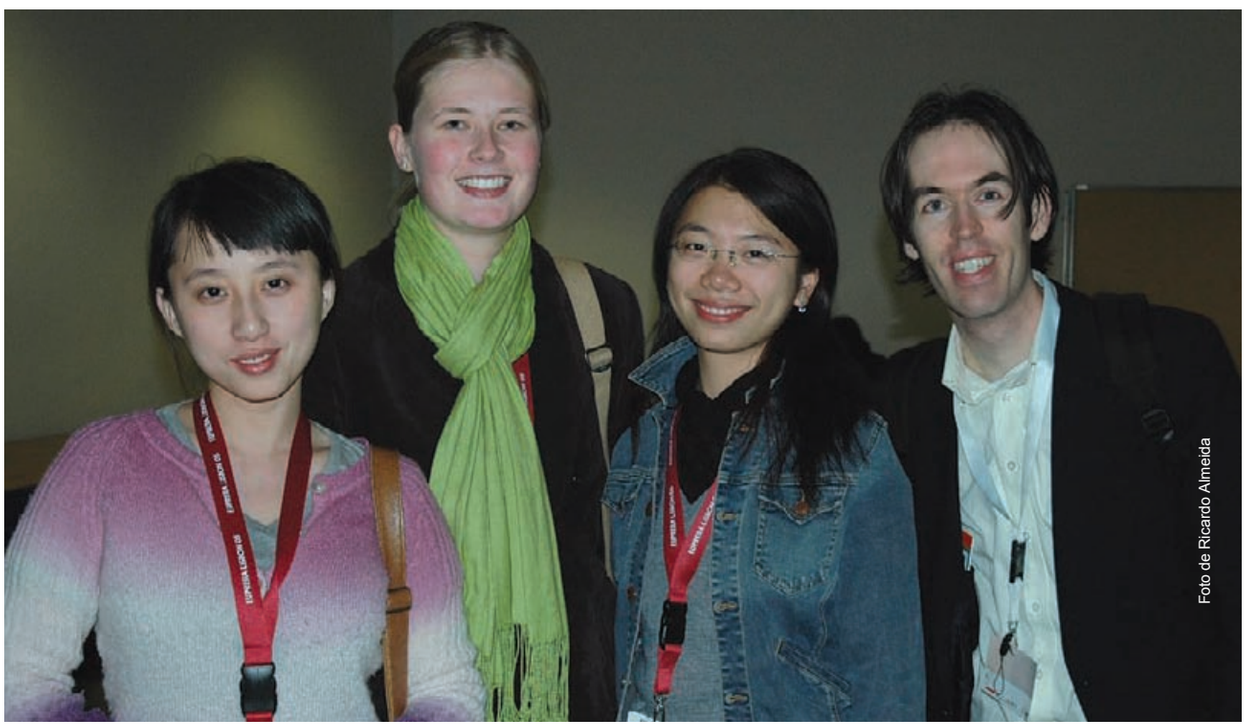


Foto de Ricardo Almeida

O primeiro encontro internacional de estudantes de Relações Públicas realizou-se também na Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa, entre 7 e 13 de Novembro.

Subordinado ao título «Responsabilidade Social, Valores Corporativos e Cidadania Empresarial» o Congresso de Outono da PRIME – Associação Europeia de Estudantes de Relações Públicas e Comunicação – reuniu em Lisboa 50 estudantes, provenientes de 10 países europeus, a que se juntaram cerca de três dezenas de alunos portugueses. A organização deste evento coube à Associação Portuguesa de Estudantes de Relações Públicas e Comunicação, filial portuguesa, com sede na Escola Superior de Comunicação Social, da PRIME. Tendo como principal missão o fomentar da troca de experiências e conhecimentos entre os estudantes dos três ciclos de ensino superior são objectivos da referida associação promover o ensino e a aprendizagem das Relações Públicas no contexto Europeu e possibilitar o acesso dos estudantes a estágios profissionais nos diferentes países da comunidade europeia.

Tal como uma pessoa pode "mover uma montanha" (perguntem a Maomé), acredito que um grupo bem intencionado e bem preparado pode também "construir uma montanha".

Denise Gray-Felder

O programa científico do congresso apresentou um equilíbrio entre as conferências proferidas por oradores convidados – docentes e profissionais tanto nacionais como estrangeiros – e a discussão em pequeno grupo visando uma maior participação dos estudantes presentes. Na realidade esta foi só a primeira parte deste encontro pois todos os estudantes presentes se inseriram, nos dias 11 e 12, nos trabalhos do Congresso Anual da Eurprera «New Challenges for Public Relations» dando uma inquestionável mais valia, pela irreverências das suas perguntas, sempre pertinentes, aos trabalhos do referido congresso.

Retomemos contudo o programa científico do Encontro Europeu de Estudantes de Relações Públicas e Comunicação. De entre os oradores convidados cumpre-nos destacar a presença de Gerhard Butschi – docente e investigador de reputado mérito internacional na área da comunicação – que apresentou um inovador software para a Gestão das Relações Públicas nas Organizações. A adesão massiva dos estudantes a tal projecto demonstrou bem a necessidade de inovar nesta área e de encontrar pontos de contacto interdisciplinares que permitam responder de forma cabal às

Foto de Ricardo Almeida

Foto de Ricardo Almeida

Foto de Ricardo Almeida

A agitação própria dos jovens no congresso de Lisboa, onde a troca de experiências resultou em sucesso

necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa e participativa.

Congratulamo-nos também com o facto de antigos estudantes do curso de Relações Públicas/Comunicação Empresarial da ESCS se terem empenhado neste projecto. Foi o caso de Nuno Archer, presidente da Mais Cidadania (associação jovem sem fins lucrativos), que ofereceu aos estudantes inscritos no congresso um workshop sobre as grandes questões da cidadania. Foi consensual o interesse e relevância do trabalho desenvolvido que acreditamos poder vir a ser repetido não só em Portugal como em outros países da Europa comunitária.

Alguns profissionais de Relações Públicas de empresas portuguesas partilharam com os estudantes as suas experiências, dificuldades e conquistas. Tal foi o caso dos representantes do Metropolitano de Lisboa, que partilharam com os presentes as práticas levadas a cabo por esta organização no âmbito da Responsabilidade Social; e dos directores das agências Youngnetwork e Mediahealth Communication, que apresentaram algumas das campanhas por si realizadas na área da Comunicação para a promoção da Saúde.

A sessão de encerramento da parte científica do encontro foi, ela própria, a concretização dos seus objectivos: o trabalho conjunto em prol da investigação, do ensino e da inovação em Relações Públicas. O trabalho apresentado em co-autoria por Enric Blanquerna (Espanha), Fabio Ventoruzzo (Itália) e João Duarte (Portugal) – profissionais, docentes e estudantes a concluir projectos de doutoramento – «Future Directions in European Politics of Communication and its implications for PR students», salientou a importância do papel dos profissionais de Relações Públicas num momento em que a «Comunicação» é elevada a preocupação primeira pela Comissão Europeia.

A adesão massiva dos estudantes ao novo software para a Gestão das Relações Públicas nas Organizações. Apresentado no Congresso, demonstrou bem a necessidade de inovar nesta área e de encontrar pontos de contacto interdisciplinares que permitam responder de forma cabal às necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa e participativa.

Um dos conceitos mais discutidos ao longo do presente ano, no campo das Relações Públicas, foi o de «diversidade. Para isso contribuiu, sem qualquer dúvida ter sido esta a noção sob a égide do qual se realizou o World PR Festival, em Junho, em Itália, mas também o Congresso de Outono da PRIME. As discussões sobre as diferentes temáticas abordadas foram sempre desenvolvidas, tendo como implícita a ideia de que a diversidade é, antes de mais e sobretudo, uma realidade vivida e experienciada no nosso quotidiano e que o entendimento de tal realidade obriga a que não se fale mais da comunicação para, mas da comunicação com, os diferentes públicos. Tanto a acção ética como a comunicação eficaz parecem implicar a compreensão do outro. Às diferentes disciplinas da Comunicação, aplicada em geral e às Relações públicas muito em especial, exige-se-lhes cada vez mais que expressem nas suas práticas que comunicar é antes de mais compreender.

De salientar também o cuidado colocado pelos jovens portugueses na organização do evento e o excelente programa social apresentado, um verdadeiro roteiro turístico de Lisboa.

O evento contou com o patrocínio de importantes empresas nacionais que demonstraram, mais uma vez, que a proximidade entre o ensino superior politécnico e o meio empresarial português não é, de todo, um mito.

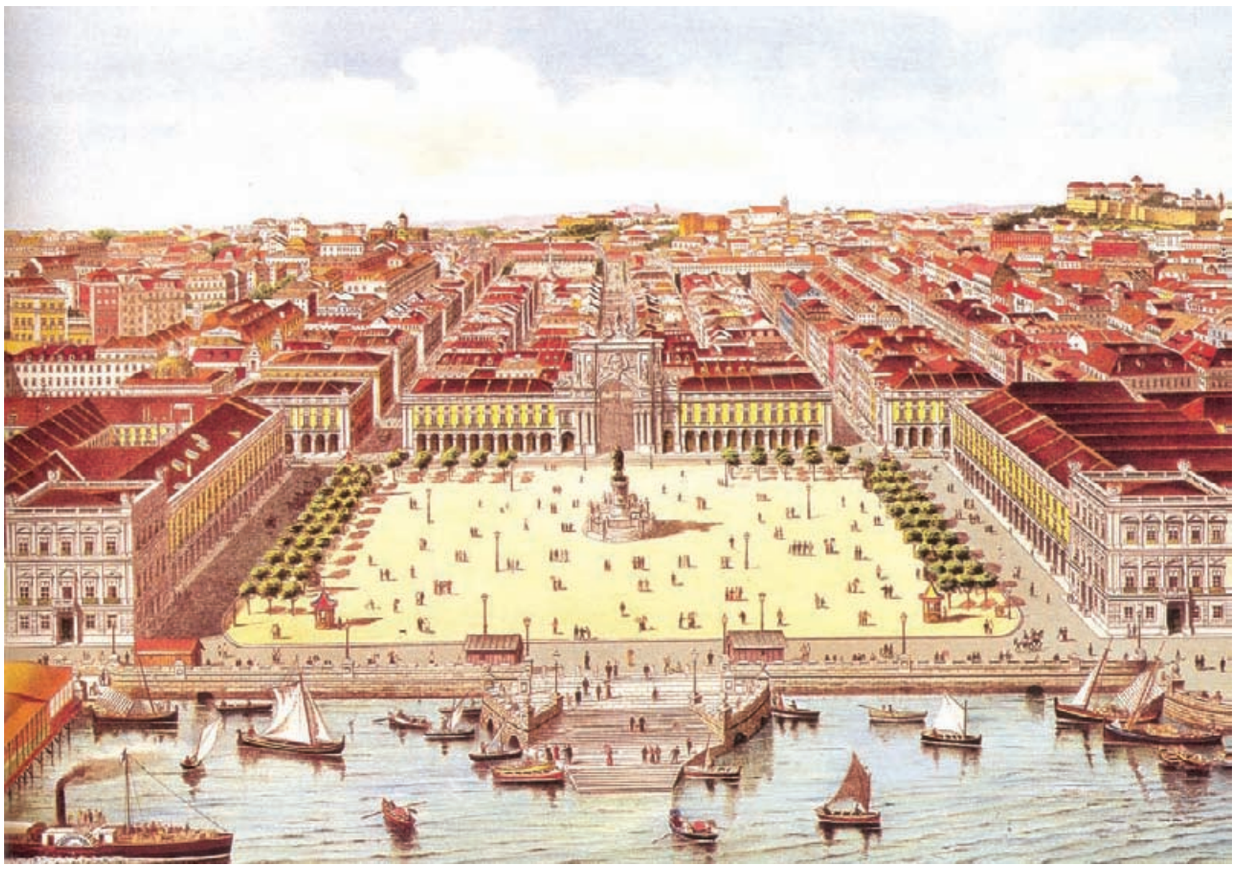
Evocação do Terramoto

Apocalipse em Lisboa

Na manhã de 1 de Novembro de 1755, dia de Todos-os-Santos, um violento sismo sacudiu uma vasta área do Sul da Europa e do Norte de África, com particular incidência na cidade de Lisboa. Ao terramoto, que teve várias e poderosas réplicas, sucederam-se duas outras calamidades, não menos destruidoras: um tsunami e uma série de incêndios espalhados por toda a urbe em ruínas. Da conjugação destes três factores apocalípticos resultou uma das maiores tragédias naturais de que há memória, que impressionou vivamente contemporâneos e vindouros.

*Texto de Adérito Tavares **

O Terramoto-maremoto de 1 de Novembro de 1755 visto do Tejo (gravura alemã do século XVIII)



A Praça do Comércio no século XIX. (Gravura da época)

COMO ERA a cidade destruída pela grande catástrofe setecentista? Que cidade se perdeu e que cidade se ganhou? Que cicatrizes podemos, ainda hoje, encontrar em Lisboa? Através de uma iconografia, apesar de tudo relativamente abundante, iremos procurar responder a estas e a outras questões.

Em 1147, ao tornar-se portuguesa e cristã, Lisboa vai eliminando todos os vestígios da ocupação muçulmana. Até aos finais do século XIV, paulatinamente, a cidade iria crescer para lá da antiga muralha árabe (a Cerca Moura). Além dos bairros de Alfama e da Mou¬raria, o tecido urbano começa a implantar-se também na zona da Baixa. A Baixa ocupou o lugar de um antigo braço do Tejo, panta¬noso e alagadiço, que entretanto foi ficando assoreado.

No começo do século XIII, Lisboa teria cerca de 15 mil habitantes. Embora fosse uma das mais importantes cidades do País, só no final do século XIV se tornaria a capital. De facto, os primeiros monarcas portugueses tinham uma corte itinerante, instalando-se periodicamente onde as necessidades da reconquista ou da administração o exigiam. Só a partir do reinado de D. Fernando Lisboa passa a ser a capital definitiva do País. Foi também D. Fernando quem, em 1373, a mandou cercar com uma nova cintura de muralhas, a Cerca Fernandina, para proteger os novos bairros que entretanto tinham ultrapassado a Cerca Velha.

No começo do século XIII, Lisboa tinha 15 mil habitantes. Embora fosse uma das mais importantes cidades do País, só no final do século XIV se tornaria a capital. Os primeiros monarcas tinham uma corte itinerante, instalando-se onde as necessidades da reconquista ou da administração o exigiam

Tal como sucedeu com quase todo o Reino, Lisboa tornou-se, sobretudo a partir do último quartel do século XV, muito dependente do tráfego ultramarino e seria a primeira cidade a sentir os efeitos da expansão. Toda esta intensa actividade comercial irá atrair o centro urbano para a beira-Tejo, a começar pela própria residência real. Cerca de 1500, D. Manuel I manda construir o Paço da Ribeira, para onde transferiu a sua residência, até ali situada no Paço da Alcáçova do Castelo de S. Jorge. Passava a ficar, deste modo, mais próximo dos locais onde se situava o centro nevrálgico do comércio africano e oriental. O Paço Real da Ribeira, na sua primeira versão, a do tempo de D. Manuel, era constituído por um estreito corpo de base rectangular, perpendicular ao Tejo, coroado por uma torre colocada na parte central. Mais tarde, o palácio irá sofrendo sucessivas alterações, sendo a mais significativa a do reinado de Filipe II: é acrescentado a sul um grandioso torreão, da autoria do arquitecto italiano Filipe Terzi. O palácio, que o terramoto danificou irre-

Sebastião José de Carvalho e Melo

versivelmente (as ruínas tiveram que ser derrubadas à força de canhão) ocupava, com as suas dependências (Casa da Índia, Arsenal…) a área que vai da actual Praça do Município até sensivelmente a meio da Praça do Comércio dos nossos dias. A nascente do Palácio Real estendia-se o amplo Terreiro do Paço, designação que ainda hoje se mantém na toponímia popular. A poente viriam a ser construídos, bastante mais tarde, dois notáveis e esplendorosos edifícios da cidade: a Igreja Patriarcal (no tempo de D. João V) e a Ópera do Tejo (no tempo de D. José). Ambos foram transformados num montão de destroços pela tripla catástrofe.

O terramoto destruiu, só em Lisboa, para além de incontáveis prédios de habitação, 25 palácios, 15 grandes edifícios públicos, 9 importantes bibliotecas e 25 livrarias, 29 igrejas e 20 conventos

No topo oriental do Terreiro do Paço situavam-se dois outros imponentes edifícios, construídos no tempo de D. João III: o da Alfândega e o do Terreiro do Trigo. Anexas, ficavam também a Casa dos Contos, por onde corria a maior parte da contabilidade pública, e a Casa da Suplicação. A nascente da Alfândega, encontrava-se a Igreja da Misericórdia (de que resta apenas o portal manuelino, na actual igreja da Conceição Velha), e, na fieira de casas coladas à Cerca Moura, destacava-se, pela originalidade da fachada, a Casa dos Bicos, residência senhorial mandada levantar por Brás de Albuquerque, filho natural legitimado de Afonso de Albuquerque. Era uma construção composta de loja, sobreloja e dois andares, aproximadamente como hoje se pode observar, após o restauro de 1982-83. Um pouco adiante, também encostado à muralha mourisca, ficava o Chafariz d'El-Rei, de cujas seis bicas brotava uma água puríssima. Ali faziam aguada quase todos os navios que enxameavam o Tejo. Não longe do Chafariz d'El-Rei ficavam dois outros edifícios que o terramoto também danificou seriamente: a Sé e o Castelo de

O Terreiro do Paço no século XVII. (Quadro a óleo de Dirk Stoop)

O Rossio na primeira metade do século XVIII (destaca-se o Hospital de Todos-os-Santos, com a sua grande escadaria). Gravura da epóca

S. Jorge. Ambos guardam ainda hoje profundas cicatrizes do grande sismo.

A Lisboa quinhentista e seiscentista tinha dois centros nevrálgicos: um, que já descrevemos, era constituído pelo Paço da Ribeira e pelos edifícios que o circundavam. O outro era o Rossio. Nesta praça, um rectângulo irregular, destacavam-se, do lado oriental, o Hospital de Todos-os-Santos e o Mosteiro de S. Domingos e, no topo norte, o antigo Palácio dos Estaus, onde se encontrava instalada a sede da Inquisição. Na colina poente sobranceira ao Rossio avistavam-se dois imponentes conventos: o do Carmo e o da Trindade. Em 1 de Novembro de 1755 ruiram tão fragorosamente que a memória popular ainda hoje guarda o ruído: «Até parece que cai o Carmo e a Trindade…».

Lisboa no século XVI pormenor de uma gravura alemã, 1593

O terramoto destruíu, só em Lisboa, para além de incontáveis prédios de habitação, 25 palácios, 15 grandes edifícios públicos, 9 importantes bibliotecas e 25 livrarias, 29 igrejas e 20 conventos. Resistiram, porém, algumas construções emblemáticas da cidade e dos arredores, como o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, o Aqueduto das Águas Livres, São Vicente de Fora e até a inacabada igreja de Santa Engrácia.

Perdeu-se uma Baixa medievalizante, labiríntica, suja e escura e ganhou-se aquela que hoje temos- a Baixa pombalina, iluminista e racionalizada. Parece que há males que vêm por bem

«Enterrar os mortos e cuidar dos vivos». E reconstruir a cidade. Foi essa a ciclópica tarefa a que meteu ombros Sebastião José de Carvalho e Melo, membro do Governo de D. José, futuro conde de Oeiras, marquês de Pombal e «ministro quasereinado». As suas grandes qualidades de liderança e a sua visão alargada, muito rara entre nós, levaram-no a saber escolher bem os colaboradores e os seus projectos: o engenheiro-general Manuel da Maia e os arquitectos Carlos Mardel e Eugénio dos Santos. Da colaboração entre estes homens nasceu uma cidade nova, moderna, de ruas largas e desempoeiradas, traçadas a régua e esquadro, as primeiras de Portugal a terem esgotos, desde a época dos Romanos. Perdeu-se uma Baixa medievalizante, labiríntica, suja e escura e ganhou-se aquela que hoje temos – a Baixa pombalina, iluminista e racionalizada. Parece que há males que vêm por bem.

** Docente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. O presente texto é uma síntese da palestra apresentada pelo autor na Escola Superior de Teatro e Cinema e na Presidência do IPL, por ocasião do nosso 20º aniversário.*

“Alice” premiado em Cannes

O filme «ALICE», escrito e realizado por Marco Martins e interpretado por Nuno Lopes – antigos alunos da Escola Superior de Teatro e Cinema –, foi premiado no Festival Internacional de Cinema de Cannes e aplaudido com entusiasmo na Mostra do Cinema Europeu, em Berlim, onde representou Portugal.

Textos de Vanessa de Sousa Glória

foto de Zé Maria Branco/Madragoa

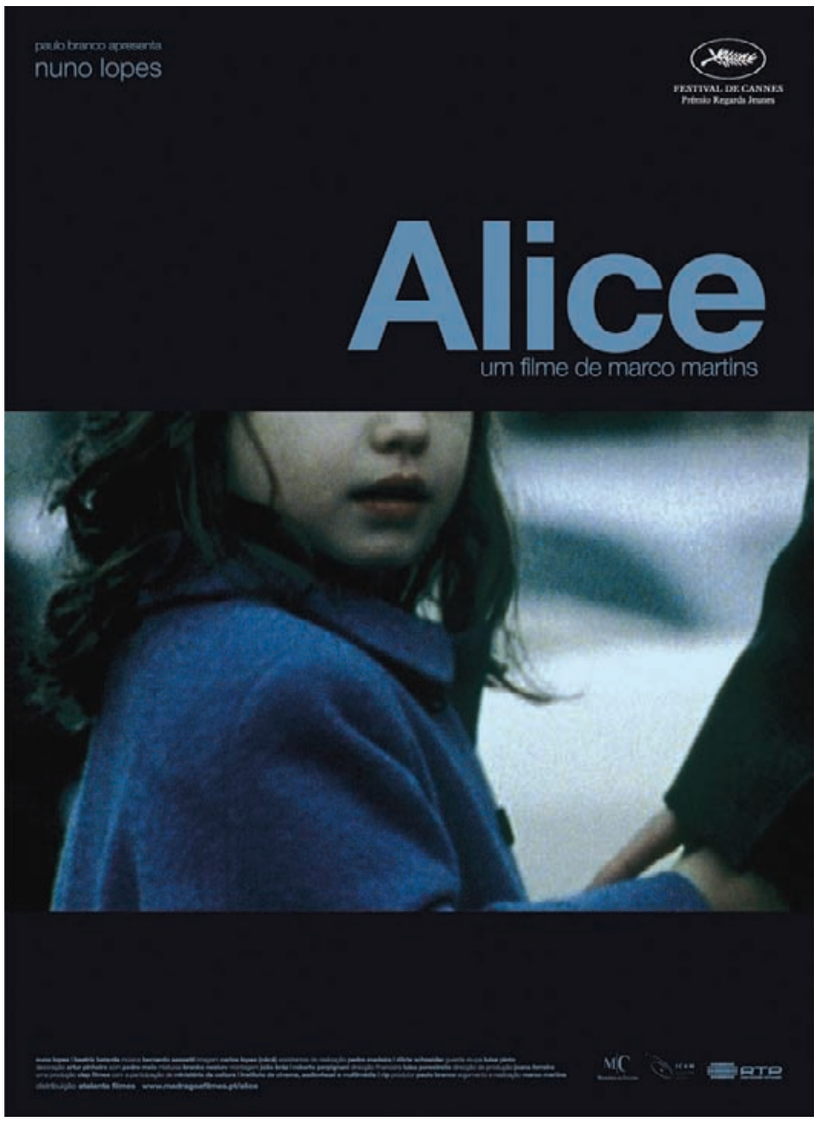
O Acontecimento

O filme «Alice» é a primeira longa-metragem do jovem Marco Martins (34 anos), licenciado pela Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa. Primeira obra cinematográfica portuguesa, produzida pela Madragoa Filmes, a ser nomeada para a *Caméra d`Or*, do Festival de Cannes, o filme saiu de lá com o Prémio Regards Jeunes, da Quinzena de Realizadores.

O sucesso desta obre cinematográfica, que já foi vista por mais de 35 mil espectadores em Portugal, não se fica por aqui. Em Dezembro foi uma das grandes candidatas ao Prémio Fassbinder, em Berlim. E o actor Nuno Lopes foi escolhido, pelo seu desempenho, para representar Portugal no *Shooting Stars*, que se vai realizar em Fevereiro. Trata-se de uma mostra internacional que pretende descobrir novas estrelas de cinema, e que já forneceu ao cinema britânico o actor escolhido para ser o novo Agente Secreto 007.

Marco Martins queria mostrar, na sua primeira longa-metragem, uma Lisboa que ainda não tivesse sido retratada pelo cinema português. A **«falta de imagens de Portugal contemporâneo»** levou-o a filmar o lado urbano escondido da cidade onde nasceu e cresceu. Lisboa já não é só a cidade popular, de casas brancas, a quase aldeia onde toda a gente se conhece, como se costuma mostrar lá fora, É também a cidade cinzenta, de passagem, onde diariamente uma população anónima se desloca de e para os empregos.

Para retratar esta outra Lisboa, Marco precisava de contar uma história. Mas não podia ser uma história distante da realidade, porque essa é uma das razões pelas quais os portugueses não se revêem nos seus filmes. E foi assim que nasceu a história da «Alice», personagem local e universal, bastante próxima da realidade dos nossos dias. O filme conta-nos o desaparecimento de uma criança e a luta constante do pai e mãe para a reencontrarem. Uma história similar à do pequeno Rui Pedro, o menino desaparecido em 1998 e que nunca foi encontrado. Marco Martins teve bastantes conversas com Filomena Teixeira, a mãe da criança, que o ajudaram bastante a construir o argumento.



Cartaz do filme, já premiado com o Regards Jeunes no Festival de Cannes

O guião foi escrito em seis meses e as filmagens decorreram durante onze semanas. A montagem requereu mais vinte e duas semanas, antes de ficar tudo pronto. Marco **«queria ter o luxo do tempo»,** porque vem de processos muito rápidos da publicidade.

Durante cerca de mês e meio fizeram-se *castings,* à procura de um actor para desempenhar o papel do pai da Alice (Mário). Sendo uma personagem que tinha um diálogo ínfimo e que estava presente em todas as cenas, seria decisiva a escolha do rosto da personagem. Nuno Lopes foi o seleccionado, embora os seus 27 anos não correspondessem à idade da personagem. Mas Marco Martins viu **«algo no seu olhar que lhe agradou bastante»**. Para além de ter várias semelhanças com o Mário, vivia nos subúrbios de Lisboa e era actor. Nuno teve de deixar crescer a barba para parecer mais velho. E propositadamente dormiu poucas horas, para ter um ar cansado. E emagreceu.

Também para Nuno Lopes foram fundamentais, para a construção da personagem, as conversas tidas com a Filomena, mãe de Rui Pedro. Percebeu que não podia criar uma *personagem tipo* a partir do momento que Filomena lhe disse **«vocês estão a falar com a mãe do Rui Pedro, a pessoa que está a procura do filho, porque a Filomena deixou de existir».**

Quase todas as filmagens foram passadas na rua em pleno Inverno.

Da rodagem, o momento mais forte e marcante foi a altura em que o personagem estava quase à beira do suicídio, distribuindo panfletos numa tentativa de o ajudarem a procurar a filha. Durante dez minutos, o actor esteve à porta do Metro e ninguém o viu. **«Lembro-me de estar a filmar e pensar se isto fosse real... Ninguém tem culpa estamos a viver numa sociedade cada vez mais alienada»** – comenta o realizador.

Para o actor **«foi duro e agradável ao mesmo tempo»**. O lado positivo foi **«estar envolvido criativamente no processo»**. Para Marco, cada vez lhe interessa menos ser **«marioneta do encenador»**. Embora existam encenadores que trabalham desta forma e que, segundo o actor, têm resultados fantásticos, aquilo que mais o fascina **«é o trabalho de criação».** E Marco Martins permite que os actores tenham liberdade criativa. Conhecer o objectivo final do trabalho, fá-lo perceber melhor o seu pape. **«Quando te concentras só na personagem corres o risco de fazer um personagem fantástico, mas não ser isso o que é preciso para que o filme resulte bem»** – diz.

O filme conta-nos o desaparecimento de uma criança e a luta constante do pai e mãe para a reencontrarem. Uma história similar à do pequeno Rui Pedro, o menino desaparecido em 1998 e que nunca foi encontrado

É por este trabalho em conjunto que Nuno Lopes partilha com Marco Martins a nomeação para representar Portugal na 9ª edição do Shooting Stars, no Festival Internacional de Berlim, que irá decorrer de 9 a 19 de Fevereiro.

Para Nuno Lopes é a primeira grande participação numa longa-metragem. Viciado em cinema, mas com um percurso profissional praticamente todo feito em teatro, neste momento e por ser uma área que menos conhece quer dedicar-se à 7ª arte.

A nomeação do filme para o Fes-

Fotos de Zé Maria Branco/Madragoa Filmes

tival de Cannes, o mais importante encontro de cinema do mundo, foi um presente. Logo no dia da estreia, Nuno Lopes apercebeu-se do sucesso, pelas palmas que o filme tinha sido bem recebido. Até porque **«os franceses quando não gostam não batem palmas».**

A atribuição do prémio da Quinzena dos Realizadores representou, para Marco Martins, **«um fechar de um ciclo não só na minha vida, do filme e um abrir de uma certa de novas portas para o meu próximo filme».** Para o jovem realizador não faz sentido produzir cinema subsidiado, se este não tiver uma projecção internacional se não for exportável. E isso só é alcançado quando se consegue que **«os filmes estejam presentes em Cannes, Berlim ou Veneza. Este tem de ser o grande objectivo da cinematografia portuguesa».**

«Alice» revela um lado surpreendente de ver Portugal, que muitos julgavam que não existia. É sem dúvida um filme diferente dos que estávamos habituados a ver no cinema português. Foram vários os aspectos elogiados pela crítica internacional: o lado documental, o desempenho dos actores, o guião, o som e a luz.

E o actor Nuno Lopes foi escolhido, pelo seu desempenho, para representar Portugal no Shooting Stars, que se vai realizar em Fevereiro. Trata-se de uma mostra internacional que pretende descobrir novas estrelas de cinema, e que já forneceu ao cinema britânico o actor escolhido para ser o novo Agente Secreto 007

O sucesso de «Alice» abriu novas portas para Marco Martins, que já está a terminar o argumento da sua próxima longa-metragem**.** Nuno Lopes, por seu lado, vai para os EUA estudar técnica de representação para cinema, continuando a apostar nesta área.

Discípulo de João Mota

Nuno Lopes: o protagonista

A passagem de Nuno Lopes pela ESTC, no curso de Formação de Actores, foi «uma experiência fundamental, até porque é a melhor escola que temos em Portugal para actores». Embora nunca o tenha concluído, por ter atingido o número limite de inscrições, lidou praticamente com quase todos os docentes, o que lhe permitiu relacionar-se «com ideias completamente opostas umas às dos outros, o que nos prepara para a profissão, que é multifacetada».

Outra mais valia da Escola é o facto do corpo docente ser constituído por encenadores, que neste momento trabalham profissionalmente fora da escola. Essa é, em seu entender, uma forma de dar a conhecer aos alunos o mercado no qual pretendem trabalhar. Foi, como ele próprio diz, graças à escola que começou a fazer teatro. «Num exercício do professor João Mota fui convidado pelo Luís Miguel Cintra para ir trabalhar para o Teatro da Cornucópia» – recorda.

Apesar dos elogios à ESTC, Nuno aponta uma lacuna na estrutura do curso formação de actores: a não existência de uma cadeira que prepare os alunos para trabalhar em televisão ou em cinema. «Falta preparação aos alunos para trabalhar com uma câmara» – ajuíza. A questão será tanto mais pernitente quanto se trata de um mercado de trabalho em crescimento: «A ficção portuguesa está a aumentar e é um caminho para os actores».

Embora já tenha trabalhado em televisão, nos programas de Maria Rueff e do Herman José, é o que menos gosta de fazer. O lado perfeccionista ali não existente, E isso incomoda-o, porque valoriza bastante a relação tempo/qualidade.

Outra falha apontada por Nuno Lopes enquanto aluno, já vivida por ele no meio profissional, é a dos realizadores não saberem falar com actores: «Os realizadores têm dificuldade em transmitir aquilo que querem». Para se colmatar esta falha devia haver uma ligação maior entre o departamento de cinema e o de teatro, «Os alunos de cinema podiam ter cursos de direcção de actores com gente de teatro» – sugere o actor.

Em sua opinião, os alunos após terem concluído o curso deviam ter a oportunidade de estagiar. Nuno pensa que a escola devia estabelecer acordos com as companhias nacionais, mas antes que elas deveriam estar abertos a acolher estagiários, «não só para fazer figuração, mas também para acompanharem do início ao fim o processo de encenação».

A paixão segundo Marco

Marco martins sempre soube que queria fazer cinema. Os pais, também eles apaixonados pela 7ª arte, estimularam-lhe o gosto. E o facto de pertencer a uma geração bastante familiarizada com a câmara de vídeo, fez o resto.

Começou cedo, meio a brincar, a fazer filmes com os amigos. E a partir do momento que percebeu que podia fazer do cinema uma opção profissional, não teve dúvidas que queria ir para a Escola de Cinema.

Ainda se recorda da sua entrada na ESTC. Na altura teve que apresentar um guião, shooting board, com fotografias, uma quase fotonovela. Com poucos meios à disposição, recorreu aos amigos e contou uma história de adolescentes, passada na escola António Arroio, onde também estudou.

Sempre foi espectador de todos os géneros de filme. Enquanto que a geração anterior à do Marco começava a estudar cinema na cinemateca, ele começou muito mais cedo nos vídeoclubes, na explosão dos anos 80/90. «Se o videoclube tivesse 500 filmes víamos os 500» – lembra. Foi aí que teve o primeiro contacto com cinema americano dos anos 70, que tanto admira.

Hoje diz que não foi para ESTC apenas para ter um curso superior, mas porque gostava de fazer cinema. Na altura pareceu-lhe o sítio exacto para começar a ter contacto com o meio e com as pessoas que faziam cinema. «Os primeiros anos foram muito bons, é muito didácticos. Passar para a parte detrás de um palco, e perceber como as coisas são feitas, é quase o abrir de uma cortina de conhecimento».

Lembra que o Curso de Cinema tinha, na altura, algumas carências, uma vez que não havia a opção de Realização, que era o que queria fazer. Optou, por isso, por seguir Produção. Para Marco a escola deverá estimular a vontade de conhecimento, porque «nenhuma escola ensina tudo».

Assegura que na ESTC a vertente prática era muito forte. Não é por acaso que a descreve como sendo «a única Escola de Cinema em Portugal onde se filma em película com alguma regularidade». Exemplo disso foi a curta-metragem produzida no final do curso, que venceu o Festival Internacional de Vila do Conde.

Depois de ter concluído o curso, Marco foi estudar para os EUA. A curiosidade de saber como se pensa do outro lado do mundo, e a vontade de aprender mais sobre áreas como Direcção de Actores e Escrita de Guião, fizeram-no ir para tão longe. Provavelmente hoje, ficaria por Itália ou por Sofia.

De regresso dos EUA trabalhou muito tempo como assistente de produção e realização nos filmes de Paulo Branco. Uma fase essencial no seu percurso profissional, onde teve contacto com diversos realizadores e projectos. «A multiplicidade de vozes e realizadores que existem, ensinam-nos que não existe apenas uma forma de fazer filmes mas muitas» – diz Marco Martins. Cansado de ser assistente, queria começar a realizar. Já tinha feito algumas curtas-metragens. Na altura tinha duas possibilidades: ou fazia uma pós-graduação ou seguia o caminho da publicidade. Experimentou fazer filmes publicitários e gostou. Tem já seis anos de experiência. «A publicidade é um laboratório de experiências» – garante.

Sofia Gomes

Marco Martins: o realizador

Estar parado não faz o género deste jovem que, com apenas 34 anos, já tem um vasto percurso profissional. «Não tenho feitio para estar à espera de um subsídio para fazer uma longa-metragem. Esta é a minha maneira de fazer viver o cinema» – assegura o realizador.

A inspiração de Lewis Carroll

O nome do filme não surgiu por acaso. O realizador e argumentista inspirou-se no conhecido conto «Alice no País das Maravilhas» de Lewis Carroll, que evoca a queda ficcional da pequenina Alice na toca do coelho, ao escorregar acidentalmente num universo paralelo à realidade.

No filme, também Mário, o pai de Alice, vive numa realidade paralela, quando revê os vídeos da cidade à procura da filha. Aquilo que observa já não corresponde ao presente mas ao passado. É como se ele tivesse caído no buraco e estivesse a viver noutro mundo. Mário é uma pessoa que não pode parar, porque não tem tempo, como diz o coelho de Alice, lançado na confusão.

Lurdes Serrazina põe o dedo na ferida

“A nossa Sociedade ainda não valoriza devidamente a escola”

Inconformada com os problemas com que se debate a educação em Portugal, Maria de Lurdes Serrazina considera que a nossa sociedade de ainda não valoriza devidamente a escola por não existir entre nós uma verdadeira cultura do saber. A presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Lisboa aponta possíveis caminhos e soluções.

Textos de Vanessa de Sousa Glória

Foto de José Alexandre

Maria de Lurdes Serrazina, actual presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Lisboa, dedica o melhor do seu esforço a melhorar as condições de aprendizagem dos nossos meninos, como carinhosamente gosta de dizer. Crítica em relação a diversos aspectos da formação de docentes e do funcionamento do sistema, assume, nesta entrevista a POLITECNIA, opiniões desassombradas, susceptíveis de desencadear o debate e a reflexão. Professora de Matemática, por formação e devoção, considera nomeadamente que a disciplina só pode deixar de ser o bicho-papão quando passar a ser compreendida por todos, a começar pelos pais e pelos professores. Orgulhosa por a escola que dirige ter criado um Centro de Investigação de Estudos Interdisciplinares, reconhecido oficialmente, deixa aqui sinais de optimismo sobre o futuro que estamos a construir.

POLITECNIA – A Escola Superior de Educação de Lisboa foi criada em 1985, como continuadora das duas únicas instituições que no Distrito de Lisboa se dedicavam à formação de educadores e professores: o Magistério Primário e o Instituto Aurélio da Costa Ferreira. Hoje, há muitas outras escolas, públicas e privadas, com a mesma função. De que forma é que a ESEIx se diferencia delas e quais são as mais valias que tem para oferecer aos alunos?

Lurdes Serrazina – A ESEIx tem para oferecer, acima de tudo, um ensino de qualidade. Fazemos questão de ter uma ligação muito grande entre a teoria e a prática. Os nossos cursos começam por ter, logo desde o primeiro ano, uma ligação às escolas e aos jardins-de-infância. Os nossos alunos fazem sempre uma ida à prática e uma vinda da prática à teoria. Tentamos que haja na nossa escola uma formação científica de qualidade, mas uma formação ligada à prática que caracteriza os profissionais que queremos que sejam no futuro. Os docentes da nossa escola têm, na sua maioria, uma grande experiência de formação nestes níveis de ensino; e conhecem muito bem os jardins-de-infância e as escolas do 1º e 2º ciclos, para os quais os formamos. Tentamos que a formação científica não seja desligada da formação prática que é preciso que eles tenham.

POLIT. – Quais são os grandes critérios de recrutamento do pessoal docente?

L. S. – Actualmente o nosso corpo docente é estável, devido às grandes restrições orçamentais com que é confrontado o recrutamento do pessoal docente. A grande maioria dos docentes da ESELx está cá há 20 anos. Aliás essa é, aliás – deixe-me que lhe diga – uma das nossas grandes preocupações: o numerus clausus faz com que não consigamos renovar o nosso corpo docente. Temos muito pouca gente nova para continuar a tradição da nossa escola. As pessoas que hoje estão na escola, daqui a alguns anos já cá não estarão…

POLIT. – E estão devidamente preparados. O corpo docente da ESEIx tem algum handicap em termos de formação?

L. S. – Não. As pessoas têm feito um grande esforço, muitas vezes à sua própria custa, disponibilizando o seu tempo pessoal. Os nossos professores têm tido, por exemplo, uma grande preocupação em se doutorarem. No fundo tentam sempre estar actualizados e trabalhar em termos do seu desenvolvimento profissional.

POLIT. – Já têm muitos professores doutorados?

L. S. – Neste momento já temos 18 professores doutorados e a perspectiva de termos, até ao final deste

Arquivo Politecnia

O prazer da Matemática

Posição actual
Presidente do Conselho Directivo e professora coordenadora da Escola Superior de Educação de Lisboa. Responsável pelas disciplinas de formação inicial e contínua de professores e do Mestrado em Ciências de Educação, Didáctica da Matemática para o 1º ciclo do ensino básico e educação de infância. Coordenadora da actual Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Contínua em Matemática para professores do 1º ciclo promovido pelo Ministério da Educação.

Graus académicos
Doctor of Philosophy, Mathematics Education, University of London, UK, 1998; Master of Education, Mathematics Education, Boston University, USA, 1985; Licenciatura em Matemática, Universidade de Lisboa, 1972.

Posições anteriores
Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Lisboa de Maio de 2000 a Abril de 2003. Professora adjunta desde 1988 até Janeiro 2000.Formadora no Projecto MINERVA. Professora das ex-Escolas do Magistério Primário. Professora do ensino básico e secundário desde Outubro de 1971. Professora dos 1º e 2º ciclos do ensino básico e do ensino secundário desde 1971.

Principais áreas de investigação
Educação Matemática, Formação de Professores; Tecnologias de Informação e Comunicação.

Supervisão de dissertações
Orientação de várias dissertações de mestrado na educação pré-escolar, nos ensino básico e secundário e na formação de professores. Co-orientadora de dissertações de doutoramento. É autora de várias publicações na área da educação.

ano lectivo, 23. Convenhamos que já não é mau, já que o estatuto de carreira do pessoal docente do Politécnico não exige que se faça o doutoramento.

POLIT. – A senhora só foi eleita Presidente do Conselho Directivo da ESELx há cerca de três anos, mas o seu percurso profissional está todo ele ligado à escola. Gostaria de saber porquê. Esta escola é a sua grande paixão?

L. S. – Eu sou originalmente professora do Secundário, licenciada em Matemática. Fiz um estágio clássico no ensino secundário e fui, por razões pessoais, dar aulas numa Escola do Magistério na província. Só a partir de 1976/77, depois do fim dó Estado Novo, é que passou a haver uma disciplina de Matemática nas escolas do Magistério. Nessa altura o Magistério Primário recrutou professores do Secundário para dar essa disciplina. Regressando a Lisboa, fui convidada pela Directora para continuar a dar aulas no Magistério Primário onde já tinha estado durante três anos.

POLIT. – Sei que continua a dar

aulas, a par das funções que actualmente desempenha de Presidente do Conselho Directivo. Ainda se sente muito motivada para esta missão?

L. S. – Sim. Eu gosto muito de dar aulas. Tenho sempre a esperança – e é por isso, e para isso, que trabalho há muitos anos – que o nosso esforço e trabalho empenhado melhorem as condições de ensino e de aprendizagem dos nossos meninos.

POLIT. – Na recente homenagem ao pedagogo João dos Santos, foi lançado um livro com um título bastante curioso: «O Segredo do Homem é a Própria Infância». Acredita nisso? A educação tem uma influência assim tão forte, decisiva, na infância? Como é que lida com este «peso nas costas»?

L. S. – Nós tentamos fazer o nosso melhor. É óbvio que cada pessoa é uma pessoa. Para além da transmissão dos conhecimentos pedagógicos e científicos, que achamos fundamental terem, tentamos incutir aos nossos alunos todos os aspectos de deontologia profissional, de ética, para perceberem e levarem a cabo o trabalho quando estão nas escolas.

POLIT. – Um dos argumentos recorrentes, quando se critica o sistema educativo, é que o mal vem lá detrás, remetendo-se sempre a responsabilidade para o Ensino Básico. Considera que é justa a crítica aos professores no sentido de os responsabilizar pelos insucessos?

L. S. – Penso que a crítica não é justa, na medida em que os professores fazem um grande esforço para melhorar. Agora é um facto que ainda temos um grande défice na formação contínua dos professores. Hoje em dia, a formação inicial é o primeiro passo para a profissão. Isso

"Tentamos que a formação científica dos professores não seja desligada da formação prática que é preciso que eles tenham"

é evidente. É um assunto que está estudado, e a própria investigação aponta para aí. Mas se esse primeiro passo não for continuado, não for seguido de outros passos, pode perder-se tudo ou muito do que se fez na formação inicial. Enquanto não tivermos um sistema de formação contínua, em que as pessoas trabalham em conjunto, vai haver sempre problemas deste tipo.

POLIT. – Quer explicar melhor o seu pensamento? O que é que poderia (poderá) ser feito?

L. S. – Deve haver sempre uma articulação entre a formação inicial e a formação contínua. É ponto assente que ter uma boa formação inicial não basta. Mas, na prática, o que é que acontece? Acontece que os nossos futuros professores são muitas vezes colocados em condições péssimas, ficando com a responsabilidade de turmas muito difíceis. Não têm nenhum tipo de enquadramento, de ajuda. Infelizmente ainda não temos uma cultura de escola em que os professores, no início de carreira, sejam acompanhados por colegas mais experientes. Nos outros países (e estou a pensar na Inglaterra ou nos EUA), há aquilo a que se chama o «sistema de indução»: quando o aluno acaba o curso vai para uma escola, onde é acompanhado, pelo menos no primeiro ano, por professores mais velhos que o enquadram, que não o largam aos bichos.

POLIT. – E esse sistema não existe no nosso país?

L. S. – Sim, existe. A legislação que cria as Escolas Superiores de Educação contempla a existência de um ano de indução, exactamente para estas situações. Só que até hoje nunca foi regulamentado e portanto nunca se fez isso.

POLIT. – Então será isso essencialmente o que falta fazer?

L. S. – Isto é uma das coisas, mas não é única. Falta pelo menos outra, que penso que vai demorar bastante tempo, que é o trabalho conjunto dos professores nas escolas. Continuamos ainda a ter escolas em que cada um trabalha para seu lado. Os professores trabalham com os seus alunos na sala de aula, mas não trabalham uns com os outros. Hoje em dia sabemos que trabalhar em conjunto é uma mais valia extremamente importante.

POLIT. – E porque é que isso sucede?

L. S. – Porque existe uma cultura muito individualista e não tem havido também muitas condições que proporcionem outro tipo de cultura. Nas cidades temos escolas superlotadas em que as pessoas trabalham de manhã ou de tarde. Quase não há espaço de contacto. Uns trabalham das oito da manhã à uma da tarde, outros começam à uma e terminam às seis. É difícil arranjar espaço de contacto. E temos ainda o caso das

escolas isoladas da província…

POLIT. – Como se resolve esse problema? É um problema com solução?

L. S. – Sim, claro, acho que tem solução. Se não tivesse solução já eu não estava aqui… Já houve uma tentativa de fazer os agrupamentos, um processo em que se ensaiou a tentativa de juntar escolas de vários níveis de ensino. Embora seja um processo muito recente, poderá ser, no futuro, um caminho. Mas têm também de existir condições de trabalho para os professores, que ainda não existem.

POLIT. – A ESELx tem actualmente cerca de mil alunos na formação inicial, distribuídos pelos sete cursos que a escola oferece. Não querendo pedir-lhe que faça futurismo, não resisto a perguntar-lhe que caminho os aguarda, em sua opinião, em termos de empregabilidade?

L. S. – Nos tempos actuais, os nossos alunos conseguem quase todos entrar no mercado de trabalho. Não há o nível de desemprego de que se ouve falar, muitas vezes, na Comunicação Social. O ano passado, por exemplo, foi-me dito pela Direcção Regional de Educação de Lisboa que, em Fevereiro, já não havia mais ninguém para colocar no 1º Ciclo. É claro que estas colocações são temporárias e podem não ser para o ano inteiro.

POLIT. – E isso acontece também com os educadores de infância?

L. S. – No curso de Educação de Infância a situação é mais difícil, porque não existe uma cobertura tão nacional e, muitas vezes, os alunos são colocados no ensino particular em condições que não são as melhores.

POLIT. – E nos outros cursos?

L. S. – Em relação às variantes dos outros cinco cursos há alguns problemas, sobretudo para os professores que querem optar pelo 2º Ciclo. Muitas vezes, porque é mais fácil conseguir lugar no 1º Ciclo, vão para o 1º Ciclo, numa espécie de fuga. E isso em minha opinião é mau, porque acabamos por ter no 1º Ciclo professores que não têm, na minha perspectiva, tão boa vocação para o 1º ciclo como seria desejável. E que já não estão tão motivados.

POLIT. – Falou há pouco das condições precárias em que os professores trabalham. Será por isso que andam descontentes, tendo em conta as greves frequentes que têm feito?

"Já temos 18 professores doutorados e a perspectiva de termos, até ao final deste ano lectivo, 23. Convenhamos que já não é mau"

L. S. – Eu penso que esse descontentamento é normal. Surgiram muitas medidas ao mesmo tempo e houve alguma pressa em as implementar. Por outro lado é um facto que se instalou em Portugal, face às poucas condições que existem nas escolas para os professores trabalharem, um sistema em que os professores vão às escolas só para dar as aulas. Isso fazia com que as pessoas tivessem como que dois horários de trabalho: um na escola e outro em casa. No caso do 1º Ciclo e da Educação de Infância eram 25 horas semanais na escola. É claro que a maior parte das pessoas iam para casa preparar as aulas, embora muitas delas também o fizesse, nas escolas. Agora, ao fazer-se uma legislação em que as pessoas passam a ter à partida de estar mais horas nas escolas, isso vem alterar os hábitos.

POLIT. – Mas o facto dos professores terem uma carga horária reduzida não levava muitos deles a arranjar, com frequência, outros trabalhos?

L. S. – Claro. Isso é tipicamente português. Na maioria dos países os professores estão mais horas nas escolas. Mas isso é um pau de dois bicos: lá fora os professores estão mais horas nas escolas porque têm condições para lá estar, têm gabinetes de trabalho... Nas escolas do 1º Ciclo do nosso país não têm essas condições. Continuamos a ter nos limites de Lisboa, por exemplo, escolas do 1º Ciclo que são um conjunto de salas de aulas em que os professores quase não têm um espaço para se reunirem. As escolas precisam de ter condições de trabalho. E depois o descontentamento agrava-se com as alterações ao regime das reformas. Essas alterações não têm só a ver com os professores, mas afectam sobremaneira os professores do 1º Ciclo, que tinham uma legislação muito própria: reformavam-se bastante mais cedo que o resto da população, o que tinha alguma justificação. Os professores do 2º e 3º Ciclos começam a trabalhar, no início da carreira, 22 horas semanais, mas a partir de uma certa idade a carga horária vai sendo reduzida podendo ir até às 14 horas. E os professores do 1º ciclo trabalham sempre 25 horas semanais. Foi neste sentido que os sindicatos negociaram com o Ministério, há uns anos, que os professores do 1º Ciclo pudessem ser recompensados, reformando-se mais cedo. Neste momento isto está a ser posto em causa. Há uma conjugação de factores que levam os professores a estarem descontentes.

POLIT. – Fez todo o seu percurso académico na área da Matemática: licenciatura na Universidade de Lisboa, mestrado nos EUA e doutoramento no Reino Unido. Porque razão foi estudar para o estrangeiro? As instituições de Ensino Superior existentes no nosso país não eram de qualidade?

L. S. – O mestrado em Boston resultou de um programa estabelecido entre o Ministério da Educação e o Banco Mundial. Na altura estava a dar aulas na ESElx e, como gostava

do que estava a fazer, achei que era uma boa oportunidade para continuar a trabalhar na mesma área. Concorri e ganhei. Em relação ao doutoramento hesitei em fazê-lo porque, como sabe, o estatuto da carreira do pessoal docente do Politécnico não obriga a fazer o doutoramento. Ainda ponderei fazê-lo cá, mas depois pensei que, embora já existisse bastante investigação sobre o ensino da Matemática em Portugal, ela estava quase só relacionada com o 2º e 3º Ciclo do secundário. Sobre o 1º Ciclo, não havia ainda investigação feita. E foi por isso que tive de procurar fazer o doutoramento noutro país.

POLIT. – Se fosse hoje, iria na mesma para fora?

L. S. – Provavelmente não. Até porque hoje em dia já se faz muita investigação nesta área no nosso país. Nós próprios, aqui na ESELx, temos um mestrado, em colaboração com a Faculdade de Ciências, exactamente na área da Didáctica da Matemática no 1º Ciclo e da Educação de Infância. E já vamos na 4ª edição do mestrado. É claro que ir para o estrangeiro também é muito importante.

POLIT. – A Matemática é o «bicho papão». Os miúdos dizem que não gostam e o balanço é desastroso. Porque é que isto sucede?

L. S. – A questão da Matemática é grave porque não podemos continuar a ter os resultados que temos. Mas é uma questão que se prende com problemas sociais. Há um factor social muito importante a ter em conta. Assistimos os miúdos a entrarem para a 1ª classe a dizerem «eu não gosto de matemática e o meu pai também já disse que nunca gostou». E isto é aceite por toda a gente. Esta é a primeira situação contra a qual temos de lutar. Devemos encarar a Matemática como outra disciplina qualquer, que toda a gente é capaz de aprender. Vou-lhe contar uma história: um dia, quando ainda estava no Secundário, foi ter ido ter comigo um pai, muito zangado, porque a filha tinha tido negativa a Geografia, e ele sabia que eu era a professora dela de Matemática, E disse-me assim: «…ainda se fosse a matemática eu aceitava, agora a Geografia, Isso tem algum jeito?". O que é significativo e preocupante é que este pai era licenciado…

POLIT. – O que é que se pode fazer para alterar esta situação?

L. S. – O ensino da Matemática ainda continua a ser muito formalizado, logo desde muito pequenos. Isso tem a ver com a formação dos professores, com a tradição. Há um trabalho sobre os conceitos que muitas vezes não é feito da forma mais correcta. Logo desde muito cedo quere-

"Ainda não temos uma cultura de escola em que os professores, no início da carreira, sejam acompanhados por colegas mais experientes"

mos que os miúdos façam as contas, muitas vezes sem perceberem o que estão a fazer. Se a Matemática for compreendida, é muito fácil para toda a gente. Agora tem é de ser compreendida pelos próprios professores. A formação dos professores ainda tem muitos problemas a este nível. E o nível de escolaridade da população activa ainda é muito baixo. Isto está tudo interligado.

POLIT. – E a ESE tem feito algum esforço no sentido de alterar esta situação?

L. S. – Sim. A ESE tem feito algum esforço, na formação de professores. Os futuros professores chegam aqui depois de terem sido, durante 12 anos, alunos. Já têm uma visão apriorística do que é ser professor. É uma visão que eles construíram ao longo dos 12 anos da sua experiência de alunos. É preciso trabalhar esta questão, corrigir o preconceito, e isto exige tempo. Tempo que ás vezes escasseia. Tentamos desconstruir a ideia da Matemática como ciência completamente acabada, em que só há factos e procedimentos a fazer. Se formos ver as avaliações internacionais dos nossos alunos, nos procedimentos, no saber fazer os cálculos, nós conseguimos ter médias razoáveis, iguais à OCDE, em termos do PISA, (estudo internacional). Mas quando os comparamos em termos de resolução de problemas, em que é preciso pensar, temos valores muito baixos. Isto quer dizer que a situação tem a ver com a forma como se ensina. Ensina-se muito os procedimentos…

POLIT. – Os jovens não sabem pensar?

L. S. – Os jovens não são habituados a pensar na Matemática. Não são desenvolvidos hábitos de pensamento. Ou se quiser, dito de outra maneira, os jovens têm alguma preguiça para pensar:

POLIT. – O erro, em sua opinião, começa na casa ou na escola?

L. S. – Nos dois sítios, mas acima de tudo na escola. Há algum défice na formação de professores. No programa de formação em Matemática, para professores, ouvimo-los muitas vezes dizer: «eles não sabem pensar». E isto, dito por pessoas que já foram professores deles dois e três anos. Apetece perguntar: «então se não sabem, quem é que os tem de ensinar?». Temos de ser nós. Às vezes também há uma falta de confiança dos professores em si próprios, como professores de Matemática, e naquilo que os alunos são capazes de aprender.

POLIT. – A sua recente nomeação como coordenadora da Comissão de Acompanhamento em Matemática para Professores do 1º Ciclo tem a ver com a sua dedicação a esta disciplina?

L. S. – Penso que sim. Fui convidada porque trabalho há vários anos na Matemática do 1º ciclo. Fui a primeira pessoa que fez um doutoramento nesta área. E a verdade é que essa tem sido uma das minhas preocupações.

Maria de Lurdes Serrazina no acto solene da tomada de posse

Pertenço à Associação de Professores de Matemática, onde já fui presidente e neste momento sou membro activo. Também sou responsável pela secção do ensino da Matemática aos mais novos. Aceitei o convite porque penso ser uma oportunidade para avançarmos no desenvolvimento do ensino da Matemática aos nossos meninos.

POLIT. – Quais são os grandes objectivos do programa?

L. S. – O programa consiste em trabalhar com os professores em grupos muito pequenos. São constituídos grupos com oito a doze professores, que vão às escolas, o que é uma inovação. Nesse trabalho conjunto é feita uma sessão quinzenal, de três horas. Trabalhamos para aprofundar o conhecimento da Matemática mas, também, as questões da didáctica, da aprendizagem. Pensamos sempre ao nível de sala de aula, questionamos como é que vamos trabalhar estes conceitos com os alunos. Na sessão seguinte fazemos uma reflexão sobre o que aconteceu.

POLIT. – A Comissão de Acompanhamento faz também trabalho de supervisão?

L. S. – Claro. Para além destas sessões conjuntas, há sessões de trabalho ao nível da sala de aula. O formador vai à sala de aula trabalhar com o professor e com os alunos determinado tema. O formador não está lá na perspectiva de o substituir ou de o avaliar, mas de trabalhar com ele aquilo que ela está a trabalhar com os seus alunos. E depois traz-se o feedback disto tudo para a sessão seguinte e reflectimos sobre tudo. A componente do trabalho em conjunto, centrado na sala de aula e nas escolas, é a grande novidade deste programa no nosso país.

POLIT. – A sala da aula e a escola serão o centro da mudança.

L. S. – É. Este trabalho colaborativo, digamos assim, entre as pessoas, pode ser um fermento. A nossa intenção é habituar estes grupos a trabalharem em conjunto nas escolas. Desejamos que no futuro, mesmo sem lá estar o formador exterior, as pessoas se sintam implicadas neste trabalho e continuem a trabalhar desta forma. É claro que isto não se vai conseguir num só ano, sendo certo que o próprio programa está planeado para dois anos. Em Educação as coisas só se vêem a médio prazo. E às vezes o mal é esse…

POLIT. – São muitos os responsáveis operacionais do programa?

L. S. – O programa tem uma Comissão de Acompanhamento, coordenada por mim, que é composta por seis docentes de várias instituições universitárias e politécnicas, que fazem formação para o 1º Ciclo. Dela faz ainda parte um representante da Associação de Professores de Matemática e outro do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências. Esta comissão tem por obrigação acompanhar o programa no sentido de o monitorizar. Simultaneamente, a ministra da Educação nomeou uma Comissão de Avaliação Externa, presidida pelo professor António Cachapuz, da Universidade de Aveiro, que vai fazer a avaliação global do programa.

POLIT. – Que importância atribui a ESELx à investigação?

L. S. – Não há formação de professores sem investigação. Se não fizermos investigação, a formação de professores passa a ser uma coisa muito pobre. A nossa escola, embora sem grandes condições, pugnou desde sempre por isso. Nós sabemos que o Politécnico não tem tido grandes condições para a investigação, para desenvolver um trabalho de investigação entre os professores da escola. Mas fez-se um esforço muito grande e candidatamo-nos a um centro de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, o CIED (Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais. Neste momento, somos a única Escola Superior de Educação e o único centro de educação reconhecidos pela Fundação para a Ciência. Isso orgulha-nos, de alguma maneira. É uma mais valia. A investigação é aquilo que

"Na maioria dos países os professores estão mais horas nas escolas. Mas isso é um pau de dois bicos: lá fora os professores estão mais horas nas escolas porque têm condições para lá estar "

José Alexandre

"Ouvimos muitas vezes os professores de Matemática dizer «eles não sabem pensar.» Apetece perguntar: «então se não sabem, quem é que os tem de ensinar?»

nos vai ajudando a progredir.

POLIT. – Falando do sistema de avaliação internacional do ensino superior português, o ministro Mariano Gago referiu que, face a Bolonha e com a extrema competição pelos recursos humanos cada vez mais qualificados, urge a coragem de nos afirmarmos internacionalmente. A escola está preparada para esse desafio?

L. S. – Penso que sim. A ESELx tem neste momento muitos projectos educacionais a serem desenvolvidos no âmbito do chamado Programa Sócrates. Nós próprios temos, individualmente, ligações internacionais. Neste momento estamos a desenvolver um projecto sobre a temática da formação dos professores de música, que vai ter um site. Temos outro projecto, que coordenamos em termos internacionais, na área da multideficiência. No roteiro da globalidade temos de nos internacionalizar, não podemos continuar no nosso cantinho…

POLIT. – O primeiro-ministro referiu, na apresentação do sistema de avaliação internacional do ensino superior, que apenas 20% da nossa população activa tem habilitação superior ao Secundário, indicador só comparável ao da Turquia ou ao do México. O que leva, do seu ponto de vista, as pessoas a não procurarem o Ensino Superior?

L. S. – Não podemos desligar essa situação da nossa situação anterior. A Suécia tinha, em 1900, 0.9% de analfabetos e Portugal mais de 90%. Na altura do 25 de Abril continuávamos a ter uma percentagem enorme de analfabetos. Penso que isto é um dos nossos problemas. Continuamos a ter uma população activa pouco escolarizada e que valoriza pouco a escola.

POLIT. – E porque é que sociedade não valoriza a escola?

L. S. – A nossa Sociedade não valoriza devidamente a escola porque ainda não há entre nós uma cultura do saber. As pessoas ainda não sentem que é importante que saibam mais. É claro que isto, depois, tem a ver com tudo o resto. É no nosso País é ainda muito baixa a percentagem de pessoas que lêem livros e jornais. Apesar de tudo, estamos muito melhor do que há vinte anos. Demos um grande salto. Mas é preciso avançar muito mais depressa.

POLIT. – Temos poucos licenciados, mas muitos dos que existem ainda estão desempregados…

L. S. – Mas isso acontece porque os nossos empresários não consideram ser uma mais valia empregar um licenciado. Se puderem, preferem pagar menos dinheiro a uma pessoa com menos escolaridade. Uma pessoa que tem uma licenciatura, mesmo que não seja adequada à função que está a desempenhar, tem obrigatoriamente uma flexibilidade de espírito, aquilo que se chama o saber pensar, que uma pessoa com menos escolaridade não tem. Continuamos a ter uma sociedade que não valoriza isso.

POLIT. – O Ministro da Ciência e Ensino Superior disse recentemente, em entrevista ao DN, que é «muito importante ter bons politécnicos e boas universidades, considerando-os «ensinos de natureza diferentes". Partilha desta opinião?

L. S. – Até certo ponto. A forma como foram crescendo os politécnicos e as universidades não tem nada a ver com isso…

POLIT. – Que quer dizer com isso?

L. S. – O que eu quero dizer é que não faz nenhum sentido, na minha perspectiva, conferirmos por exemplo licenciaturas do 1º Ciclo e de Educação de Infância, e as Universidades de Aveiro, Minho, Évora, Madeira e Açores também o fazerem. O que é que essas licenciaturas têm de diferente, para umas serem da universidade e outras do politécnico? Esses licenciados vão todos trabalhar no mesmo sistema, o curso tem a mesma estrutura e não há nada que os diferencie, a não ser o facto de os professores que estão no sistema universitário terem melhores condições do que os que estão no sistema politécnico. Na minha opinião a formação de professores não devia estar no politécnico.

POLIT. – Porquê?

L. S. – Porque a formação de professores exige uma componente de investigação. Faria sempre mais sentido estar enquadrado no sistema universitário. Não faz sentido falar das especificidades do politécnico e, depois, estarem as mesmas licenciaturas, com igual estrutura e função, nos dois sistemas. Assim, não há especificidade.

Conferência mundial em Lisboa

O Governo português associa-se à UNESCO para receber no Centro Cultural de Belém, de 6 a 9 de Março, a Conferência Mundial sobre Educação Artística, que se propõe desenvolver novas capacidades criativas para o Século XXI.

Texto de Bárbara Gabriel

É o culminar de um conjunto de reuniões regionais, apoiadas pela UNESCO, tendo como objectivo promover mais amplamente a integração da educação artística no quadro geral do ensino.

Foram convidados 700 participantes, entre peritos, profissionais e investigadores no domínio da educação artística. A conferência deverá terminar com uma reunião de ministros da Cultura e da Educação, para que possam aprovar uma declaração conjunta e um plano de acção a ser implementado, futuramente, pela UNESCO em sintonia com os Estados-membros.

Na conferência estarão em debate temas relacionados com a educação artística; artes visuais, artes de palco, dança, música, teatro, escrita criativa e poesia. Serão dados a conhecer resultados de estudos de investigação desenvolvidos, há mais de 25 anos, em diferentes contextos geoculturais, defendendo a introdução do ensino artístico na educação integral da criança. Definir um quadro de referência teórico-prático, no qual estão formulados e renovados os fundamentos pedagógicos da educação artística dentro e fora da escola, é um dos grandes desafios. Será dada especial atenção à formação inicial e contínua dos professores das diferentes disciplinas artísticas, assegurando que as práticas pedagógicas leccionadas incluam os aspectos criativos das artes.

O governo português associa-se à UNESCO para a realização, em Portugal, deste já histórico encontro que irá decorrer no Centro Cultural de Belém

A conferência irá também abordar a importância do papel das instituições culturais nacionais e locais na execução de programas de educação artística para crianças e adolescentes, sobretudo para as que vivem em meios sociais mais carenciados. Concedendo a estes a possibilidade de melhor se integrarem no sistema escolar, superando situações de insucesso escolar.

Espera-se que as recomendações deste encontro, sob a forma de Plano de Acção ou de Carta Mundial, sirvam de referência para professores, investigadores, artistas, criadores, mediadores, para a sua acção futura no âmbito do seu ensino.

A importância da educação artística será abordada por especialistas internacionais, que levaram a cabo programas relevantes na defesa da educação artística nos seus países e regiões.

A importância da educação artística será abordada por especialistas internacionais, que levaram a cabo programas relevantes na defesa da educação artística nos seus países e regiões. Guilherme d'Oliveira Martins, ex-ministro da Educação, fará parte deste grupo.

Personalidades conhecidas pelo seu trabalho de pesquisa de temas como a coesão social, valores e identidades, violência e resolução de conflitos, património, diálogo intercultural e saúde irão avaliar os diferentes impactos da educação artística. E técnicos no campo curricular, pedagógico e político irão falar de métodos de ensino e formação de professores.

Finalmente o painel intitulado Recursos Humanos e Parcerias irá concentrar-se na experiência de individualidades que vão partilhar as suas experiências ligadas ao ensino, artistas, dirigentes, comunidades crianças/pares, mentores, tutores, museus, instituições culturais, responsáveis políticos.

«O encorajamento na educação para um futuro criativo através dos sectores comercial e solitário» será o tema a debater na primeira mesa-redonda por especialistas, dirigentes industriais independentes. Questões comerciais relacionadas com a educação criativa, as exigências do actual mercado de trabalho e o papel desempenhado pela indústria vão ser também apresentadas.

Apresentadora e Empresária

Cristina Amaro: autora de “Imagens de Marca”

A mulher que dá rosto e voz ao programa «Imagens de Marca», da SIC Notícias, Cristina Amaro, é uma profissional formada pela Escola Superior de Comunicação Social, onde se licenciou em Publicidade e Marketing. E isso não é tudo. A jovem apresentadora de televisão assume ainda, aos 36 anos, não só a autoria do programa mas, ainda, a gestão da empresa que o produz, «Olho Azul».

Texto de Jorge da Silva

APESAR de ter nascido em Lisboa, em 1969, Cristina Amaro viveu até aos 20 anos em Casais dos Penedos, no Cartaxo, onde ainda passa os fins-de-semana. A circunstância de ter crescido na aldeia, com muito espaço para correr, terá contribuído decisivamente para lhe abrir horizontes. Hoje, remetida às dimensões contidas de um apartamento, como os outros habitantes da Grande Metrópole, ainda sente falta dessa liberdade. É casada, sem filhos, mas ainda não desistiu de ser mãe.

A actividade que hoje exerce foi uma escolha da juventude ou a vocação surgiu mais tarde?

Na infância, como é normal nas crianças, passei por querer ser muita coisa: aos 4 anos queria ser bailarina; quando fui para o 1º ciclo resolvi ser professora primária; e dos 10 aos 14 anos passei pela fase artística, em consequência de ter começado a participar em espectáculos infantis, na área do canto e da representação. Depois houve aquele período da adolescência em que deixamos de nos identificar com as coisas que fizemos na infância, e não sabemos muito bem o que queremos. No meio de todas estas fases, recordo que houve uma altura em que, quando estava a estudar, gostava de imitar a Manuela Moura Guedes, apesar de nunca me

foto de Alexandre Bordalo

"Imagens de Marca": logotipo do programa e momento da apresentação nos écrãs da SIC Notícias

ter sentido verdadeiramente direccionada para o jornalismo. Vim parar ao meio por acaso.

Escolheu o curso de Publicidade e Marketing...

Quando decidi concorrer ao Ensino Superior e comecei a recolher informações sobre os cursos disponíveis, pensei que o jornalismo devia ser um curso engraçado e senti pena de não ter pensado nisso antes. Apesar disso, fiquei muito satisfeita por ter entrado em Publicidade e Marketing e nunca me arrependi de ter tomado essa opção.

O que a levou a optar pela Escola Superior de Comunicação Social?

O meu ingresso na Escola Superior de Comunicação Social foi já um pouco tardio, aos 21 anos. Já trabalhava a dar aulas de informática. Tinha tirado um curso de Formação de Formadores de Informática, na Inforjovem, e na altura, ainda não tinha a certeza de querer tirar um curso superior. Foi um amigo que me alertou para a situação precária em que eu me poderia encontrar, se as aulas de informática acabassem. Foi a partir daí que comecei a procurar um curso de me agradasse. Na primeira vez que concorri ao Ensino Superior fiquei colocada na Universidade Moderna, no curso de Sociologia. Depois de muito pensar decidi que não era isso que eu queria, e optei por esperar mais um ano e melhorar as notas de acesso. Foi então que estabeleci contacto com a Escola Superior de Comunicação Social, e com o curso de Relações Públicas, que na altura era o único ali existente. Um ano depois, quando voltei a concorrer, já estava a funcionar o curso de Publicidade e Marketing que acabou por ser a minha escolha. Quando entrei para a escola, já estava num patamar diferente dos meus colegas, devido a já ter uma experiência profissional. A minha meta era acabar o curso em três anos e regressar ao mercado de trabalho o mais rapidamente possível. Até porque o dinheiro não abundava e eu tinha de me sustentar a mim própria.

Que opinião tem sobre o curso de Publicidade e Marketing?

O curso é muito bom. Eu sei que actualmente a escola está diferente, pelo que ouvi dizer. Cresceu muito. O que por um lado é bom, para a imagem da escola, mas não permite que os alunos tenham acesso a todas as coisas que nós tivemos no meu tempo. Nesse aspecto, eu fui uma privilegiada. Fomos estrear a escola. Éramos 120 alunos no meu curso e dispúnhamos de praticamente todo o edifício para nós. Tínhamos ao nosso dispor todos os meios com que a escola estava apetrechada. A parte prática do curso foi muito intensiva para nós, e essa componente prática, ao contrário do que acontece noutras escolas, é a mais importante do curso.

E como é que era o relacionamento com os professores?

O relacionamento com os professores era também excelente, até pelo reduzido números de alunos. E a minha turma tinha uma característica que fez a diferença na altura: uma grande vontade de catapultar para o exterior o nome da Escola Superior de Comunicação Social. Por ser nova, as empresas do mercado de trabalho não conheciam a escola nem os seus cursos. Nesse aspecto é de salientar o papel do Prof. Adelino Baptista Cruz, que ensinava Teoria e História da Publicidade, que foi uma pessoa marcante na minha vida de aluna da escola. Um dia lançou-nos o desafio de, aproveitando o excelente anfiteatro da ESCS, organizarmos seminários que projectassem o nome da escola e o que nela se fazia para o exterior. Eu, que sempre tive uma capacidade inata de liderar e de empreender, juntamente com outros quatro colegas, formámos um grupo de trabalho, E durante os três anos do curso organizámos três seminários. Lembro-me particularmente de um, cuja temática versava as audiências, que constituiu um grande êxito. Conseguimos encher o auditório, e foi a partir daí que a escola começou a olhar para nós com outros olhos. Posso mesmo dizer que nos tornámos a turma modelo, porque éramos super empenhados, tirávamos boas notas e publicitávamos o nome da escola em todas as nossas actividades.

Foi uma boa experiência?

Foram tempos muito enriquecedores. Eu formei-me como pessoa e como profissional ali na escola. Havia um total empenhamento, quer por parte dos alunos quer por parte dos professores. Quando assim é, a expe-

riência só pode ser excelente.

Que pode fazer ainda a ESCS para melhorar a sua imagem junto do público?

Faz falta uma identificação no local, para informar quem ali passa. Numa escola que forma Publicitários, Jornalistas e Técnicos de Relações Públicas faz todo o sentido haver um identificador, que diga quem ela é.

Já pensou regressar à ESCS, como professora?

Eu gostava muito, sinceramente. Houve uma oportunidade que depois acabou por não se concretizar. O Prof. Adelino Baptista da Cruz convidou-me para leccionar Teoria e História da Publicidade, mas esse convite coincidiu com o arranque das «Imagens de Marca», o que me impediu de aceitar a proposta. Fiquei muito dividida, na altura, mas este era o projecto que eu andava a tentar implementar.

Quando terminou o curso foi difícil o regresso ao mercado de trabalho?

Não. Quando ainda estava na escola fiz um estágio numa agência de publicidade, a Latina, que entretanto fechou, e fui trabalhar no Departamento de Meios. No fim do estágio fui convidada para ficar na agência, mas no Departamento de Contactos, por acharem que eu estava mais vocacionada para aquele lugar. Fiquei lá durante algum tempo, até que me desiludi com a publicidade. Entendi que aquele mundo não era o mais indicado para mim. Para tentar ganhar uma conta, trabalhava-se muito e nem sempre o cliente aceitava a campanha proposta. E sempre que diziam «não», o trabalho ia todo para o lixo, o que era muito desmotivante.

Foi aí que surgiu a televisão?

Sim. Nessa altura, em 1997, surgiu um convite de uma produtora de televisão, que fazia na altura o «Alta Voltagem», onde o Rui Unas estava a dar os primeiros passos. Fui convidada para fazer a gestão de imagem do Rui e da produtora no mercado. Foi uma experiência muito boa, porque era uma empresa muito pequena, com pessoas que estavam a começar no mercado de trabalho. Foi muito divertido trabalhar com todos eles. Mas chegou-se a um ponto em que eu senti que ali não ia crescer muito mais profissionalmente. Queria ir mais longe. Comecei então a intensificar contactos, começando pela revista Exame. O director da revista, Camilo Lourenço, tinha sido meu convidado num seminário que tinha organizado

foto de Alexandre Bordalo

"A parte prática do curso foi muito intensiva para nós, e essa componente prática, ao contrário do que acontece noutras escolas, é a mais importante do curso"

na ESCS sobre audiências. O Camilo telefonava-me várias vezes a pedir a minha opinião sobre as capas da revista, até que um dia me desafiou para começar a colaborar lá. No início tive algum receio, até porque não tinha qualquer experiência como jornalista. E escrever para a Exame era (é) um trabalho de muita responsabilidade. Mas, como os temas a abordar eram na área da publicidade, não senti grande dificuldade. Após dois meses como colaboradora, passei para a redacção, tendo permanecido na Exame de 1997 a 2000. Isso permitiu-me um grande desenvolvimento na área jornalística.

Essa foi a sua única experiência na Imprensa?

Não. Quando saí da Exame fui para o grupo Euronotícias, realizar o lançamento de uma nova revista chamada Ganhar.net. Isso aconteceu na época em que houve o «boom» das revistas de Economia. No grupo Euronotícias, fui editora da revista e sub-directora de economia no jornal Euronotícias. Essa experiência durou um ano, após o qual sai por o ritmo de trabalho ser alucinante. Como tinha duas funções, passava noites e fins-de-semana a trabalhar. Chegou um momento em que pensei para mim mesma: «não é isto que eu quero». Estive dois anos desempregada, de 2001 a 2003, porque as expectativas na área do jornalismo estavam péssimas. Foi uma fase muito má para mim. Aproveitei esse período para obter formação, no Cenjor, sobre Técnicas de Jornalismo Televisivo, Técnicas de Comunicação Oral e Rádio. Fiz ainda um curso de formadores pedagógicos e tinha várias colaborações com publicações como o Ideias e Negócios, o Expresso e a Visão. Foi nesta altura que comecei a preparar o «Imagens de Marca».

Onde foi buscar a ideia?

A ideia surgiu na minha cabeça em 2001. A minha fonte de inspiração foi um programa do canal francês M6, o «Culturepub», que esteve no ar durante 15 anos. Durante o curso que fiz de televisão no Cenjor, o meu formador, Jorge Nuno Oliveira, incentivou-me imenso para levar o projecto para a frente. Hoje reconheço que foi ele que me ajudou a transformar aquela ideia, que eu tinha na cabeça, num programa de televisão. A concretização do projecto não foi fácil, porque as pessoas achavam que ia ser um programa de publicidade pura, que só ia servir para vender produtos. Por mais que eu explicasse que não era esse o objectivo do programa, as pessoas não compreendiam. Até porque não tinham referências sobre qualquer programa do género a nível nacional. Muitas vezes pensei em desistir, porque as dificuldades avolumavam-se. Mas no limite, e sempre com o apoio incondicional do meu marido, ao fim de três anos de luta consegui estrear o programa, em Janeiro de 2004, na SIC Notícias.

A SIC surgiu logo como primeira opção?

Não. Primeiro apresentei o programa à RTP, que o congelou na gaveta durante dois anos e meio. Nunca

Cristina Amaro no papel de empresária: "a preparação do programa exige muito trabalho"

conseguiram decidir se o queriam ou não. O Ricardo Costa, que tinha ido substituir a Cândida Pinto na SIC Notícias, aceitou o formato do programa e decidiu pô-lo no ar. Foram tempos muito agitados. Como o programa foi aprovado em Outubro de 2003, só tivemos dois meses para constituir a equipa de produção, definir os grafismos, fazer o alinhamento dos primeiros programas e encontrar uma produtora. No início do programa comecei a trabalhar com a produtora Texto e Media, que levantou o problema de não se responsabilizar pela parte empresarial do negócio, o que me levou a ter que criar uma estrutura própria.

E foi assim que surgiu a «Olho Azul»?

Exacto. A "Olho Azul" é uma empresa vocacionada para a criação de conteúdos na área da Televisão, da Imprensa e da Rádio.

Para além do "Imagens de Marca" que produtos faz a empresa?

Fizemos o suplemento de marcas para a Marketter, colaboramos com a Exame e estamos a desenvolver outros projectos, tanto na Rádio como na Televisão. Mas como o segredo é alma do negócio, prefiro não os revelar…

Sendo proprietária de uma empresa de Comunicação, sente-se gestora ou jornalista?

Jornalista, apesar de ter que gerir muita coisa. A empresa foi formada por mim e pelo meu marido, em quotas iguais de 50%. Eu fiquei com a parte criativa, tendo ele ficado encarregado da parte administrativa, nomeadamente da facturação. Para mim, a parte mais complicada é ter de coordenar uma equipa. Tenho cerca de vinte pessoas a trabalhar no "Imagens de Marca" e todas elas têm que ser geridas de uma forma diferente. Para mim o mais difícil é gerir pessoas. Temos que as saber motivar, chamar-lhes a atenção, mantê-las empenhadas e recompensadas. Não é mesmo nada fácil. Para além disso, tenho de escolher os conteúdos e fazer os alinhamentos. Apesar de o programa ter um tempo de duração curta, à volta de 25 minutos, a sua preparação exige muito trabalho. Por detrás de cada frase que vai para o ar, existem horas de investigação, de conversa, de recolha de imagens. Tudo isto faz parte da gestão diária de uma equipa.

Com uma vida tão preenchida, o que é que faz nos tempos livres?

Praticamente não tenho tempos livres. É uma coisa de que sinto muita falta. Passo os dias de um lado para o outro, apesar de me sentir uma privilegiada por trabalhar naquilo que gosto. Isso ajuda-me a ultrapassar os problemas que tenho e a diminuir a carga emocional. Só me resta o fim-de-semana, que aproveito para me isolar em Casais dos Penedos, rodeada do ar puro dos pinhais, para recarregar as baterias.

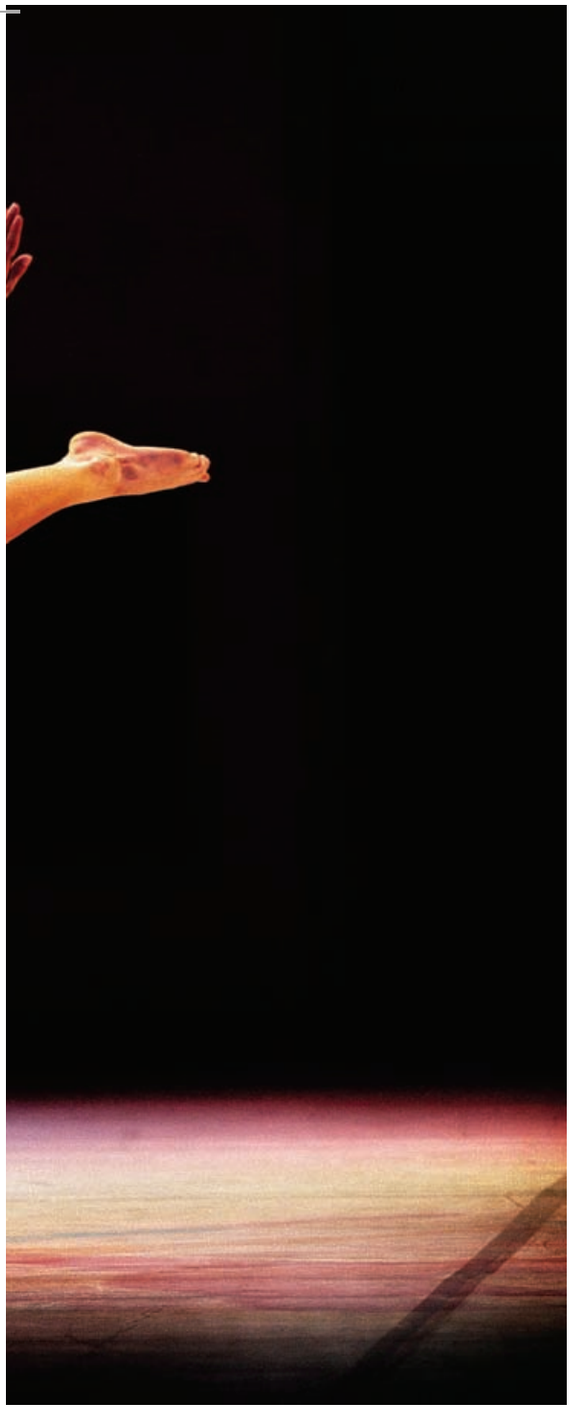
Muitos projectos para o futuro?

O «Imagens de Marca» está assegurado até Setembro de 2006, e eu não quero que termine aí. Até porque sei que existem muitas coisas que deviam ser melhoradas. Nós somos um programa de comunicação, que devia cuidar mais da sua própria promoção. Anda recentemente estivemos presentes no IV Salão Português de Marketing, onde o nosso stand foi visitado por mais de mil pessoas. E estamos a preparar outras iniciativas de divulgação. O «Imagens de Marca», na minha perspectiva, passou de um programa de televisão para uma marca. Existem outros projectos que eu quero fazer com a marca do «Imagens de Marca», sempre na área da produção de conteúdos. Mas não gostaria de me alongar, porque são projectos que ainda estão em estudo.

A Pérola do Bairro Alto

A direcção da Escola Superior de Dança, liderada pelo professor Fernando Crespo, tem procurado lançar no bairro alto, onde a tradição combina com irreverência, numa dinâmica de integração da escola no bairro, abrindo-a ao público, convidado a assistir a espectáculos. a iniciativa passa por abrir também as portas aos homens da cultura do bairro.

Texto de Paulo Silveiro



A envolvência artística do Bairro Alto beneficia a escola no modo como são divulgados os eventos. o público que acorre aos espectáculos é informado da sua realização por cartazes colocados no comércio local e há lojas que fornecem adereços, como flores, ou emprestam mobiliário dos anos 50

NUMA escola onde se leccionam artes, como é o caso da ESD, existe sempre a necessidade de transmitir, ao longo do curso, alguma experiência artística aos alunos. É esse esforço que a escola tem vindo a fazer de uma forma sistemática, através de um conjunto de iniciativas destinadas à divulgação dos trabalhos efectuados pelos seus alunos.

Neste contexto, a ESD apresentou de 23 de Novembro a 14 de Dezembro de 2005, um ciclo de espectáculos realizados às quartas-feiras, no átrio da escola, intitulado «Átrio-Dança, Imagem e Bairro Alto».

A opção pelo átrio, como nos referiu a professora Luísa Taveira, coordenadora da área de espectáculo da ESD, decorre de este ser o único espaço existente na escola, que possui as características mais aproximadas a um local de espectáculo. É um espaço alternativo, onde, de toda a actividade criativa de composição coreográfica, produzida na escola, são seleccionados os trabalhos dos alunos, com qualidade para serem mostrados ao público, ao mesmo tempo que lhes proporciona «experiência de palco».

Para além desse tirocínio, os alunos encarregues da direcção de cena, da mesa de régie e do controlo das luzes e do som, ganham experiência na área da produção de espectáculos.

O público, na sua maioria muito jovem, assiste a um espectáculo multifacetado, composto por uma interpretação coreográfica, realizada pelos alunos e pelo visionamento de um filme, (cedido pelo canal Arté, da televisão francesa e pela produtora Dupla Cena), que geralmente reflecte um olhar cinematográfico sobre as artes plásticas e performativas.

O filme é comentado por uma individualidade convidada, tendo passado pela ESD nomes como o de Rui Vieira Nery, a Lucinda Canelas, o João Carneiro e a Maria José Fazenda.

Ainda segundo a professora Luísa Taveira, o grande sonho da ESD, é o de criar uma «Black Box», (espaço, constituído por quatro paredes despidas de ornamentação, com uma forte característica tecnológica, já incluindo o local dedicado ao público, com uma teia suspensa, onde está montada toda a iluminação), que permita uma produção técnico/artística com múltiplas variantes.

Este espaço ocupado pela escola, inserido no meio do bairro alto, é extremamente importante para o desenvolvimento artístico dos alunos, porque, ao contrário do que acontece às escolas colocadas nos subúrbios, existe um certo envolvimento artístico que deve ser preservado.

Outro benefício, que a escola retira da sua posição geográfica, é a facilidade com que os alunos, do ramo de educação do curso de dança, podem realizar a prática pedagógica nas escolas do 1º ciclo localizadas perto da ESD.

A prática pedagógica é efectuada pelos alunos que frequentam a disciplina de dança educacional, metodologias e pedagogias. Como disciplina nuclear na formação de professores em dança e sendo uma disciplina de metodologias seria conveniente que essa formação fosse posta em prática pelos alunos a quem a disciplina se destina. Os alunos começam a exercer a sua actividade, de futuros docentes, junto das crianças das escolas básicas, sob a supervisão de um professor. No 2º ano do curso, os alunos da ESD, limitam-se a observar, as aulas leccionadas pelos seus colegas do 3º ano, registando a organização da aula em termos de metodologias e a sua relação com a música.

No 3º ano, os alunos, começam a preparar e a leccionar as suas próprias aulas e no 4º ano do curso já estão completamente autónomos.

O facto de estarem inseridos num contexto de bairro, com várias escolas públicas perto, possibilita efectivamente que os alunos e professores da ESD se desloquem rapidamente a essas escolas para realizarem a prática pedagógica, o que seria difícil de realizar se estivessem numa zona periférica longe de escolas públicas, que obrigasse à utilização de transportes públicos ou a um tempo maior de deslocação.

Nas disciplinas de metodologia de dança clássica e contemporânea,

A articulação entre a vertente educativa e a artística foi recentemente aplicada pela coreógrafa Alara Bizarro, que em colaboração com os alunos dos 2º e 3º anos do ramo de educação, realizaram uma coreografia, que foi apresentada no átrio da escola, a cerca de 150 crianças das escolas do ensino básico onde a Esd tem prática pedagógica.

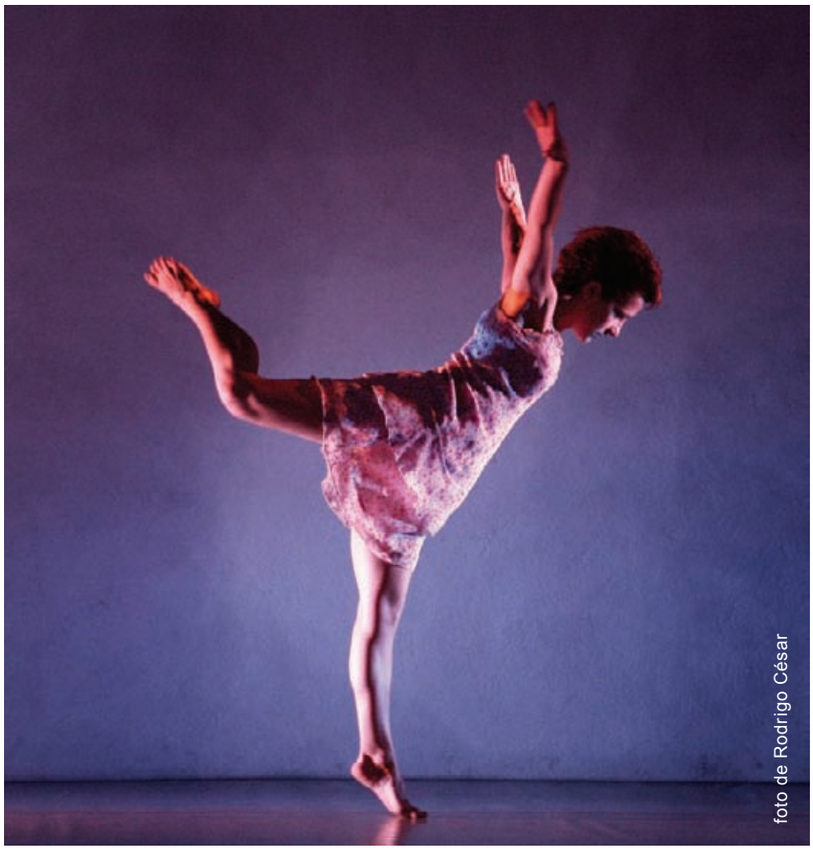


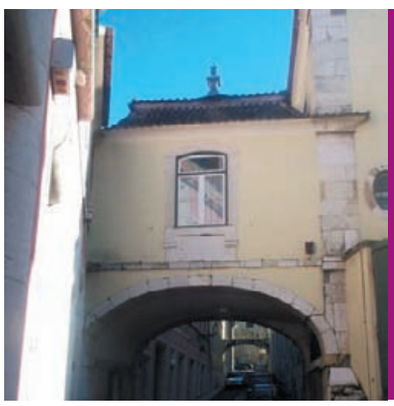
foto de Rodrigo César

a ESD está articulada com a Escola de Dança do Conservatório Nacional, onde infelizmente os alunos, para além de leccionarem uma aula no fim do ano lectivo, limitam-se a serem um meros observadores das aulas de dança daquele conservatório, não tendo a possibilidade de praticar a sua actividade profissional.

Na disciplina de dança vocacional, a prática pedagógica já existe há cerca de 15 anos, numa articulação feita com escolas públicas, Centros de Ocupação de Tempos Livres e Centros de Cultura e Recreio, cuja localização perto da ESD, possibilitou a assinatura de protocolos com a ESD. No início eram as crianças que vinham à escola, mas com a expansão da própria disciplina, cada aluno ficou responsável por uma prática pedagógica, neste momento são três as escolas envolvidas neste projecto.

Esta articulação entre a vertente educativa e a artística foi recentemente aplicada pela coreógrafa Alara Bizarro, que em colaboração com os alunos dos 2º e 3º anos do ramo de educação, realizaram uma coreografia, que foi apresentada no átrio da escola, a cerca de 150 crianças das escolas do ensino básico onde a ESD tem prática pedagógica. Nesta peça coreográfica, as crianças são chamadas ao palco para interagir com as alunas, abordando as modalidades de ver, de fazer e de participar, numa situação que se pretende divertida e enriquecedora na sua experiência de formação.

Outros intercâmbios de índole artística, são realizados com a Escola de Dança do Conservatório Nacional através da troca de professores, da partilha de músicos acompanhadores e sobretudo da prática pedagógica realizada pelos alunos de dança clássica e de dança contemporânea, que só em Lisboa po-



Um edifício com história

Situadas no interior do Bairro Alto, fazendo esquina entre a Rua de O Século e a Rua da Academia das Ciências, as instalações da Escola Superior de Dança, têm origens nobres e operárias. O edifício, adquirido em 1995, é constituído por parte do Palácio do Marques de Pombal (séc. XVII/XVIII) e pelas antigas instalações da empresa metalúrgica Cometna, que ali funcionou entre 1930 e 1960.

Actualmente, o Bairro Alto é um núcleo urbano com características muito particulares, onde coabitam os residentes de cariz tipicamente popular, que estendem a roupa ao som do fado, com uma juventude inquieta de jovens artistas, que cultivam uma cultura alternativa.

dem observar as aulas de técnica de dança clássica e contemporânea.

A envolvência artística característica do bairro alto, beneficia, ainda a escola, no modo como são divulgados os eventos, assim, muito do público presente nos espectáculos da ESD, é informado da sua realização através de cartazes colocados no comércio local, com quem a escola colabora. Durante as representações as lojas características desta zona, lojas alternativas que geralmente não existem noutros locais, fornecem adereços, como por exemplo as lojas de flores, que no bairro alto possuem uma abordagem diferente do comércio de flores, ou de uma loja de mobiliário dos anos cinquenta, que cede móveis de apoio durante as palestras. Os alunos da ESD têm ainda a oportunidade de contactar com outras expressões artísticas, como aconteceu recentemente, com uma aluna de pintura da Escola Superior de Belas Artes, que passou um ano na ESD a captar na sua tela, os movimentos dos corpos dos alunos durante as aulas. O seu trabalho será tema de uma exposição a realizar na inauguração do novo edifício da escola. Outra iniciativa é o ciclo "Uma obra um artista um mês" em que um artista é convidado a expor uma obra sua durante um mês na escola. Todas estas actividades culturais e artísticas são importantes para o que se chama o "currículo oculto" da escola, que não consta dos programas das disciplinas, mas que tem a ver com uma dinâmica social que brota para o contexto em que a escola está inserida, e que influencia de uma forma determinante a formação dos alunos da ESD.

Esta experiência não seria possível nos grandes centros Universitários, onde as relações ficam fechadas nessas grandes massas de concentração humana, autosuficientes em termos de funcionamento, mas muito herméticas ao nível da troca de experiências.

Na opinião do presidente do Conselho Directivo da ESD o, agora tão falado, Instituto das Artes não resultaria se fosse apenas o edificar de um campus, onde se reuniriam todas as escolas artísticas, porque não é a proximidade geográfica que faz e que cria as relações, mas sim a vontade de implementar uma natureza dinâmica assente na articulação entre várias instituições.

Ainda segundo, o professor Fernando Crespo, a ESD como escola pequena que é, e que será sempre, porque o País não necessita de uma escola maior, mas talvez necessite sim de novas formações e especializações no campo da dança, beneficia do contexto que a rodeia para que o ciclo de espectáculos realizado à quarta feira, tenha tido sempre a casa cheia com uma média de 150 espectadores que vieram ver especificamente aquele espectáculo. Assim não faz sentido pensar em mudar a escola de local, uma vez que esta direcção vai continuar a apostar na integração da ESD na comunidade, aproveitando as sinergias que daí advenham para que a escola continue a ser uma referência artística na área da Dança.

foto de Mafalda Monteiro de Carvalho

Coreografia original, destinada especialmente às crianças, da autoria de Alara Bizarro

Viegas Soares de corpo inteiro

O Senhor Relações Públicas

Teimoso e persistente, indisponível para desistir daquilo em que acredita, Viegas Soares, o presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Comunicação Social, tornou-se recentemente o homem no centro do acontecimento, ao assumir a ousadia de organizar em Portugal, em Novembro, o 7º Congresso Internacional da Euprera, que trouxe a Lisboa grandes nomes das Relações Públicas. A POLITECNIA partiu à descoberta da personagem e traçou-lhe o perfil.

Textos de Paulo Silveiro

PROFESSOR coordenador da Escola Superior de Comunicação Social, Viegas Soares, unanimemente considerado como a referência em Portugal na área das Relações Públicas, é um homem que ao longo dos seus 63 anos de vida sempre utilizou a motivação como factor preponderante nas escolhas que fez. Incapaz de ceder a pressões, não hesitou em abandonar o curso de Medicina, quando frequentava o 3º ano, por entender que não era essa a sua vocação. Pessoa apaixonada pelo que faz, é melhor professor do que foi aluno. Hoje, de bem consigo próprio, reconhece que se perdeu um mau médico e ganhou um excelente (ele teima em dizer «razoável») professor

José António Mendes Viegas Soares nasceu em Lisboa a 17 de Maio de 1942, na casa paterna, no Bairro Camões. Filho primogénito do casal, três anos mais tarde viria a beneficiar da companhia de uma irmã. A mãe seguiu a tradição da época, ficando

foto de Ricardo Almeida

em casa a tratar dos filhos. O pai, engenheiro geógrafo do Instituto Geográfico Cadastral, à Estrela, passava dois ou três meses em casa e o resto do tempo andava pelo País, a realizar levantamentos geográficos.

Para além da irmã, partilhou os anos da infância com um primo, João Viegas, filho de uma tia paterna, criado junto com eles, que consideravam como irmão.

Apesar de ter nascido durante a II Guerra Mundial, o conflito passou-lhe praticamente desapercebido. Só recorda as fitas de papel, que ficaram durante muitos anos coladas nos vidros da janela da marquise da casa dos pais, para evitar os estilhaços em caso de bombardeamento.

Fez a instrução primária no Externato Santa Rita de Cássia. Desses tempos relembra os três professores da escola: D. Flora, dona do colégio; D. Francelina, uma senhora no seu dizer «muito simpática e amorosa», que tinha sido professora primária toda a vida e que apesar de ter ficado cega no final da sua carreira, sabia de cor os livros da 3ª e 4ª classe. «Quando nós estávamos a ler os livros e saltávamos alguma pontuação – recorda – ela corrigia-nos logo: falta aí uma vírgula». Recorda, por último, o senhor Acácio, «um homem horroroso», irmão da dona do colégio, e cunhado da D. Francelina, que às quartas e aos sábados se enchia de brios patrióticos e ministrava a instrução da Mocidade Portuguesa, a réplica salazarista da juventude hitleriana. «Punha-se em cima de um banco de cozinha, a tocar tambor, e obrigava os putos a marchar à volta do jardim» – lembra Viegas Soares, sublinhando com um sorriso amargo o ridículo da situação.

Passou por vários liceus da zona de Lisboa – Camões, Garcia da Horta, Passos Manuel – e ainda pelo Liceu de Oeiras, mas regressou sempre ao colégio onde permaneceu até ao antigo 5º ano. Finalmente fez o 6º e o 7º ano no Liceu Gil Vicente. A sua inconstância nos liceus deve-se à sua difícil integração no sistema de ensino existente na altura, extremamente autoritário e pouco motivador para alguém com um temperamento tão emotivo.

Embora nunca tenha sentido verdadeiramente vocação para a Medicina fez, por pressão familiar, o exame de admissão a este curso e consegui ingressar na Faculdade de Medicina de Lisboa, já então a funcionar, como hoje, no Hospital de Santa Maria. Ali permaneceu cinco anos, tendo chegado ao 3º ano do curso, de que acabou por desistir já com as cadeiras de Anatomia feitas. Fez esse esforço suplementar «para não dizerem que eu desistia porque não era capaz de decorar cinco mil páginas de anatomia descritiva e mais duas mil de anatomia topográfica».

Fechado o capítulo da Medicina, em 1966 voltou para o liceu, para fazer Português, História e Latim, e assim poder ingressar no curso de História – afinal, aquele de que mais gostava. Conseguiu fazer o Português, mas a História e o Latim ficaram para trás.

O Cálculo e a Matemática eram os seus grandes problemas. A sua falta de vocação para as contas já se manifestava aos 14 anos, como recorda o seu primo João Viegas. Quando num Carnaval foi declarado fiel depositário das economias do primo e da irmã (5$00 por cabeça), o resultado foi desastroso. Quando os outros dois, entusiasmados com a festa, se preparavam para gastar o dinheiro, deram-se conta de que o «banqueiro» já tinha gasto o dinheiro que lhe competia e, ainda, uma parte do quinhão do primo e da irmã.

Em Janeiro de 1967 foi incorporado no Serviço Militar Obrigatório. «vestiram-me de verde com uma boina castanha na cabeça uma risca amarela no ombro e disseram que eu era alferes» – recorda.

Não chegou a ser mandado para a Guerra Colonial. Cumpriu seis meses em Mafra, seguiu para o quartel de Caçadores V e esteve, nos últimos três meses, no Estado-Maior do Exército onde descobriu que havia muitas mais altas patentes do que imaginava: «Nunca tinha visto tanto general junto».

Em Caçadores V aprendeu com destreza a arte de bem se relacionar com todos os comandantes, aparecendo e desaparecendo com grande rapidez, como recomendava o seu

Album de Fotografias

Com 1 ano de idade

No Verão de 1943

Com dois anos de idade

Viegas Soares (o segundo da esquerda para a direita) e a família no Vimeiro em 1954

manual privado de sobrevivência em ambientes adversos. Lembra-se ainda de ter sido chamado por um dos comandantes, em 1969, quando Marcello Caetano ensaiou uma farsa eleitoral aberta à Oposição, para tomar conta de um assunto grave e importante. O oficial entregou-lhe um envelope, dentro do qual estava escrito o nome de uma individualidade, presumivelmente do Governo da Ditadura, que em caso de «perturbação na ordem pública» deveria ser levado imediatamente ao aeroporto. Nunca chegou a saber a identidade do homem que deveria ajudar a sair do País.

A sua paixão pelas Relações Públicas foi descoberta quando ainda estava na tropa. Corria o ano de 1968, quando uma amiga lhe mostrou o plano de estudos do curso ministrado pelo Instituto de Novas Profissões. Fascinado por algumas das temáticas das Relações Públicas, acabou por ingressar naquele Instituto, tendo concluído o curso em Julho de 1970, Começou aí a sua viagem profissional de longo curso. Começou o primeiro emprego «a sério» em Abril de 1970, no Diners Club Português, empresa que já comercializava um cartão de crédito para uma certa elite.

Apesar de ter nascido durante a II Guerra Mundial, o conflito passou-lhe praticamente desapercebido. Só recorda as fitas de papel, que ficaram durante muitos anos coladas nos vidros da janela da marquise da casa dos pais, para evitar os estilhaços em caso de bombardeamento

Em Janeiro de 1971 mudou-se para o Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios, onde foi ganhar nove contos por mês – um bom ordenado para a época. Manteve-se no sindicato até 1975. Durante o «Verão Quente» e o PREC, chegou a ser convidado a aderir ao PC. A abordagem foi feita por um dos novos sindicalistas, integrado num grupo de indivíduos que tinham estado, curiosamente, ligados ao regime até ao derrube da Ditadura. Recusou, sem grandes explicações, o que lhe trouxe alguns problemas e dissabores. A consequência inevitável foi sair do sindicato, para ingressar logo de seguida (Junho de 75), no Gabinete de Relações Públicas da Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses.

Na CP foi responsável pelo jornal

Com dois anos e meio

interno, denominado «Rede Geral». O sucesso foi imediato. Apesar de ser uma publicação interna da empresa, de distribuição gratuita, o primeiro número do jornal acabou abusivamente por ser posto à venda, numa banca de jornais da estação do Rossio, Custava cinco escudos.

Em 1980, farto de «aturar comboios e reclamantes», saiu. Passou os dez anos seguintes a ministrar formação profissional de «Front Office», por todo o País, actividade que acumulava com as aulas no Instituto de Novas Profissões. A experiência de ensino começara em 1974, quando ainda estava no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, fora convidado para dar aulas de Relações Públicas precisamente no Instituto de Novas Profissões, e aceitara.

Em 1987 concluiu o mestrado em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, com a classificação de «Muito Bom». Escolheu como área de especialização a Semiologia, sob a orientação do Prof. Adriano Duarte Rodrigues.

O seu percurso na ESCS iniciou-se em 1989, quando à saída das aulas do Instituto de Novas Profissões o Eng.º Vidal de Oliveira, também docente daquele instituto, o convidou para fazer o plano do Curso de Relações Públicas da nova Escola Superior de Comunicação Social. Lançado o curso de Publicidade e Marketing, a comissão instaladora da ESCS decidiu criar também o curso de Relações Públicas, para o que precisava de um especialista.

A opção pelas colaborações externas na elaboração dos planos de estudo daqueles cursos resultava do facto de não haver no ensino público em Portugal uma escola dedicada exclusivamente ao ensino da Comunicação em sentido amplo.

A Universidade Complutense, de Madrid, já ajudara no lançamento da Publicidade e Marketing. Apostava-se agora num especialista nacional para a segunda opção. Foi-lhe pedida a criação de um curso com uma forte componente prática, que dignificasse o nome das Relações Públicas e que formasse técnicos de nível superior. Aprovado o plano, as aulas iniciaram-

Filho primogénito do casal, três anos mais tarde viria a beneficiar da companhia de uma irmã

se em 1990, com Viegas Soares a leccionar Teoria das Relações Públicas. Hoje é Professor Coordenador das cadeiras de Semiologia, Semiótica do Texto e da Imagem, Investigação Aplicada em Comunicação, Teoria da História e da Imagem, Arte Contemporânea e Modelos de Narrativa.

A sua acção na ESCS foi, na opinião do seu colega Victor Macieira, preponderante para afirmar a escola no mercado de trabalho, quer a nível nacional quer a nível internacional. Para a História e para o seu Currículo ficará o seu desempenho como «pai fundador» do 1º Curso de Relações Públicas num estabelecimento de ensino oficial, a nível europeu. «Ele colocou – assegura Macieira – um selo de garantia na escola».

Dos primeiros tempos da ESCS ficaram famosos os almoços do Restaurante Franguinho, em Benfica, onde sentados à volta de uma mesa, muito por iniciativa de Viegas Soares, um grupo de professores e dirigentes discutiam e encontravam solução para problemas pedagógicos, organizativos, funcionais.

Em 1997, com a criação dos Departamentos de Relações Públicas e Publicidade e Marketing, Viegas

Viegas Soares (à esquerda na imagem) e o amigo Barros de Queirós em Sintra, 1955

Leitor de BD e fã de Harry Potter

OUTRA das suas grandes paixões de Viegas Soares é a Banda Desenhada. Os seus heróis favoritos são Blake e Mortimer. Chega mesmo a dizer que se identifica, até cento ponto, com a personagem de Mortimer, tal como ele um professor de barbas que fuma cachimbo

Esta série, criada por Edgar Pierre Jacobs em 1946, foi recentemente retomada com a publicação de novos álbuns por outros autores. Para ele estes álbuns representam a transição entre a BD assente na escrita e a BD actual, onde a imagem veio substituiu os diálogos extensos. A Banda Desenhada actual é muito mais rápida e vive mais da imagem. O texto, outrora muito importante, assume hoje um papel complementar.

Viegas Soares é um apaixonado de histórias de acção, tanto em BD como no cinema. Filmes como a triologia do Senhor dos Anéis, o super-herói Rambo e Harry Porter são os seus preferidos. O que lhe atrai mais nos filmes é o enredo. O cinema pseudo-intelectual ou intelectual, em que há um realizador que se diverte a fazer exercícios de estilo com imagens e relega a história para segundo plano, não lhe desperta interesse.

Na televisão pratica o zapping, fixando-se nos filmes de aventuras e nas séries de acção. Atento aos Telejornais, tem preferência pela RTP1, embora vá espreitando os canais privados.

Para além da Banda Desenhada, gosta de ler os livros do Dan Brown. Neste momento encontra-se a ler o último livro do Umberto Eco, «A Misteriosa Chama da Rainha Loana». Prefere a ficção aos livros técnicos e aos ensaios. Dos autores portugueses gosta do Saramago, apesar de ainda não ter lido a sua última obra «As Intermitências da Morte», e do António Lobo Antunes. Dos clássicos destaca o Eça de Queiroz e Camilo Castelo Branco. Apesar de não se achar um romântico, gosta de dramas como o «Amor de Perdição» e a «Sombra do Vento», do espanhol Carlos Zafón, cuja acção decorre na Barcelona franquista da primeira metade do séc. XX. Diz que a excelência desta obra decorre do facto de ela misturar vários géneros literários, como o romance de aventuras, a novela gótica e o folhetim amoroso.

Soares ascendeu à direcção do primeiro, sendo a liderança do segundo confiada ao Eng.º Vidal de Oliveira. Em 2000 foi eleito presidente do Conselho Científico, tendo optado por se demitir da direcção do departamento, por considerar incompatível a titularidade dos dois cargos.

Para além da actividade docente, o seu gosto pelas Relações Públicas levou-o a desempenhar vários cargos dirigentes na área: nas Comissões de Relações Públicas e Secretariado, Gestão e Comunicação; na Associação dos Institutos Politécnicos Portugueses e no Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Foi ainda coordenador da área científica de Comunicação, por nomeação governamental, tendo em vista o Processo de Bolonha.

Em sua opinião, o conceito de Relações Públicas em Portugal está muito denegrido. Em vez de a temática ser encarada como uma estratégia de comunicação, engloba-se na designação toda e qualquer actividade relacionada com atendimento ao público. Usa mesmo de humor agressivo, cáustico, para dizer que foi já mesmo englobado no léxico uma nova categoria, trazida pelos Reality Shows do tipo Quinta das Celebridades: as «Relações em Público» …

A mistificação é, em seu entender, o resultado de uma inércia. Ao contrário do que acontece em outros grupos profissionais, como os engenheiros ou os médicos, a não existência de uma Associação profissional ou de uma Ordem leva a estes equívocos em torno da profissão de Relações Públicas.

Tempos houve em que tinha medo de andar de avião. Superou o sentimento de pânico com recurso à leitura, devorando livros entre terminais de aeroporto. Pratica o chamado «turismo académico», viajando quase só por motivos profissionais. Quer ainda conhecer Praga, Budapeste e Viena, mas na soma e no resto das suas aventuras transfronteiriças há duas paixões que calam fundo: Roma e o Lago de Bled, na Eslovénia.

Não tem medo da morte e considera-se ateu, embora seja baptizado

Ricardo Almeida

Para a História e para o seu Currículo ficará o seu desempenho como «pai fundador» do 1º Curso de Relações Públicas

e tenha andado na catequese. Nunca aderiu aos rituais da comunhão nem «comeu nenhuma hóstia». Considera o Antigo Testamento um maravilhoso livro de aventuras, apesar de quando andava no Gil Vicente, no 7º ano, ter sido membro da Juventude Escolar Católica, por influência do seu amigo chefe de turma, que era presidente da JEC. Nessa época, por alturas da Páscoa, cedendo ás pressões de um padre da JEC, que «até era um indivíduo simpático», chegou a aceitar confessar-se, solidário com um colega, visto serem os únicos de um grupo numeroso que ainda o não tinham feito. Mas a fé perdeu-se no rasto de uma saia. Quando iam os dois pela Almirante Reis abaixo, em direcção à Igreja de S. Domingos, passaram por uma rapariga que tinha uma saia cinzenta que fazia um movimento sugestivo. Fascinados com a visão, rapidamente se esqueceram do que iam fazer e seguiram a rapariga até à Rua do Ouro. Para ele, um padre confessor é como um psiquiatra: a competência advém de saber ouvir os problemas dos outros. A grande diferença está na forma de pagamento: ao psiquiatra paga-se com dinheiro e ao padre com orações.

Já vai no terceiro casamento,

Viegas Soares descontraído na casa do primo João Viegas em Verdizela

Jornalista desportivo

AOS 18 ANOS, quando ainda estava em Medicina, Viegas Soares tentou a sua sorte como escritor. Corria o ano de 1965. Como gostava de escrever contos, enviou um para o suplemento «A Mosca» do Diário de Lisboa, que foi rejeitado pelo Mário Castrim, e outro para o jornal República, intitulado «O Senhor Falé», que acabou por ser publicado.

Um ano mais tarde, em 1966, resolveu escrever uma carta para o dono do Diário Popular, que na altura era o tio de Francisco Pinto Balsemão, lembrando que muitos escritores começaram por ser jornalistas, como o Eça de Queiroz. Juntamente com a carta, enviou um conto da sua autoria. Em resposta foi convidado a candidatar-se a um lugar de redactor no jornal, num concurso onde foi colega de Dinis de Abreu, que anos mais tarde viria a ser director do DN. Acabou por ser atraído pelo jornalismo desportivo e mudar para o Record. Ainda hoje recorda a dificuldade que teve em cobrir um jogo entre o Casa Pia e o Portimonense, no campo de Pina Manique, num dia de chuva intensa. É que, ao fim de algum tempo, era impossível distinguir o número nas camisolas dos jogadores.

Durante um ano fez reportagem desportiva. E embora tenha sido convidado para continuar, desistiu quando entrou para a tropa. «Era muito cansativo – lembra – passar a semana aos saltos em Mafra e nos fins-de-semana ir para a bola».

Hoje, apesar de simpatizante do Sporting, não se interessa muito pelo futebol. Em vez de ir aos estádios, prefere as transmissões da TV.

Viegas Soares apanhado em flagrante delit(r)o numa pausa do congresso Euprera

todos eles pelo Civil. Tem um filho, Tiago, de 27 anos, da sua segunda mulher, que tirou o curso de Comunicação Empresarial na ESCS, e hoje trabalha como criativo.

É um bom garfo. Adora bacalhau, codornizes, e doces conventuais acompanhados de café sem açúcar. Só bebe vinho branco e, de quando em vez, um whisky, quando chega cansado a casa. É um grande apreciador da gastronomia espanhola e italiana. Por vezes aventura-se na cozinha, optando quase sempre por improvisar. Diz que ervilhas com ovos e açúcar amarelo é um prato excelente. Gosta de carne assada e pudim flan.

Na música, as suas preferências vão para os Madre Deus, Rui Veloso, Fernando Tordo, Vitorino, os Abba e os clássicos Jacques Brell e Leo Ferré.

O futuro não o assusta. O seu coração – garante – terá sempre 20 anos. Como que a provar essa juventude de espírito, inscreveu-se recentemente num curso de Guionismo Audiovisual, promovido na Net por uma organização chamada Nextart. No final do curso irá escrever um argumento para um filme. E não exclui a possibilidade de algum realizador o considerar interessante.

Para trás ficou, entretanto, o projecto de Doutoramento em Psicologia Organizacional. A ideia era fazer um estudo comparativo das opiniões dos estudantes de áreas tão distintas como o Direito, a Engenharia e a Medicina, com as opiniões dos profissionais de Comunicação e dos Gestores As conclusões iriam fornecer novas pistas sobre a importância dos diversos tipos de Comunicação que existem dentro das organizações. Se arranjar tempo – garante – a tese avança.

Para ele, que sempre vestiu a camisola da ESCS, o ensino politécnico é uma vertente nobre do ensino superior.

Hoje como ontem, Viegas Soares continua a ser uma referência na escola, numa mistura explosiva de sedução e teimosia. Para ele, que sempre vestiu a camisola da ESCS, o ensino politécnico é uma vertente nobre do ensino superior. É por isso, e pela dignificação da profissão de Relações Públicas, que ele se bate.

Um homem de esquerda

POLITICAMENTE, considera-se um homem de esquerda, apesar de nas primeiras eleições livres ter votado no PSD de Sá Carneiro. Não receia confessar em que votou nos últimos anos, explicando mesmo que o seu coração de eleitor balança entre os socialistas, que prefere nas Legislativas, e os comunistas, que acha mais competentes na gestão do poder autárquico.

Convidado a revelar em quem votou nas presidenciais, opta por não o fazer, assumindo que nenhum dos candidatos à esquerda foi capaz de conquistar a sua clara preferência. Ainda assim, esclarece que no momento de entrar na Assembleia de Voto, uma certeza o animava; não votar em Cavaco Silva.

Missão a Cabo Verde

IPL assina protocolo com Universidade da Praia

O Instituto Politécnico de Lisboa acaba de assinar com a Comissão Nacional para a instalação da Universidade de Cabo Verde, na Cidade da Praia, um importante protocolo de cooperação, que abre caminho ao estabelecimento de parcerias entre as unidades orgânicas do IPL e os dirigentes universitários Cabo Verdianos. A formação de quadros e de profissionais altamente qualificados, que levem por diante os projectos de desenvolvimento da jovem nação africana, é o grande objectivo.

UMA DELEGAÇÃO do IPL, composta pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo administrador do Instituto- Vicente Ferreira, Fernando Otero e António Marques- , e pelos dirigentes das oito escolas, deslocou-se a Cabo Verde, de 4 a 11 de Janeiro, a convite da Comissão Instaladora da futura Universidade daquele País.

O acordo assinado dá sequência ao processo iniciado em 2005 pelos presidentes do IPL e da futura Universidade, visando uma parceria, conducente à internacionalização das duas instituições.

A visita teve como ponto alto a assinatura de um protocolo de cooperação e de um programa de trabalho entre o Instituto e as autoridades académicas cabo verdianas. O protocolo é um acordo global sob o qual todas as unidades orgânicas do Instituto poderão, agora, realizar parcerias nas suas áreas de intervenção, conjuntamente com as instituições que já estão no terreno, em Cabo Verde, ou com futuras instituições que venham a formar-se.

Meninos cabo verdianos recebem comitiva do IPL com dança tradicional

O presidente do IPL, Vicente Ferreira e o representante da Universidade de Cabo Verde, Correia e Silva, no momento da assinatura do protocolo de cooperação, na presença do representante do governo cabo verdiano (ao centro na imagem)

Da agenda desta importante deslocação fizeram ainda parte visitas e sessões de trabalho ao Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais, à Escola de Música do Mindelo, ao Instituto Superior de Educação, ao Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, ao INAG, ao IIPC, ao ISECMAR, à Ordem dos Engenheiros, aos centros Hospitalares e aos órgãos de comunicação social sediados na Cidade da Praia, entre outros.

Esta visita insere-se na política de internacionalização, seguida pelo IPL, não só para a Europa, mas também para os países do sul, particularmente os PALOPs. Portugal, como país periférico, no contexto europeu, tem todo o interesse em realizar parcerias com os países de expressão portuguesa, constituindo-se como um parceiro de peso, no diálogo Norte/Sul. O objectivo é ganhar influência, no grande espaço de ensino superior, resultante da Declaração de Bolonha.

O IPL e as Relações Internacionais

Lusofonia e Europa são prioridades

Ao longo dos últimos vinte anos, o Instituto Politécnico de Lisboa, através das suas unidades orgânicas, tem desenvolvido uma política de internacionalização que privilegia a cooperação com os PALOP e com instituições congéneres europeias, no âmbito de programas de intercâmbio comunitário, visando uma concepção integrada da educação/formação.

Texto de Ana Bravo

ASSUME particular relevo, neste domínio, a participação deste Instituto, na 1ª geração de programas comunitários em matéria educativa, desenvolvendo Programas Interuniversitários de Cooperação (PIC) no âmbito do Programa Erasmus - European Community Action Scheme for the Mobility of University Students (1987/1988), e parcerias no âmbito dos Programas LÍNGUA, COMETT (Associação Universidade/Empresa) e TEMPUS.

Com a passagem, em 1995, ao Programa SÓCRATES, incorporando o Erasmus, deu-se início ao estabelecimento de acordos de cooperação bilateral, contextualizados num Contrato Institucional, gizando-se os princípios da política europeia institucional, potenciando a realização conjunta de um espaço aberto da educação, pela melhoria qualitativa e quantitativa das acções precedentes.

O balanço da primeira fase foi bastante positivo, pela intensificação e diversificação de intercâmbios, alargando e aprofundando a dimensão europeia, através da adesão e participação em vários programas ou acções comunitárias, mobilizando todas as Escolas.

foto de Pedro Pina

Coordenadora institucional do programa SÓCRATES/ERASMUS

Ao integrar todos os graus de ensino, o Programa SÓCRATES permitiu às Instituições desenvolver uma gama mais alargada de parcerias, abrangendo outras acções, como a COMENIUS, para o ensino escolar, onde releva o contributo da Escola Superior de Educação, na coordenação e parceria de projectos no domínio da educação intercultural e na formação contínua e transnacional de professores; também na acção Língua, para produção de materiais para o ensino de línguas e

avaliação de conhecimentos linguísticos e na acção Gruntdvig, para a educação de adultos.

A transversalidade deste Programa, permite a sua articulação com outros programas europeus, como o LEONARDO DA VINCI, em que as Escolas Superiores de Teatro e Cinema e Engenharia, desenvolveram projectos visando a integração dos jovens no Mundo do Trabalho, ou o TEMPUS, criado para apoiar a transição e reforma do ensino superior nas regiões menos favorecidas da Europa Central e de Leste, prefigurando as políticas comunitárias em matéria de coesão económica e social, a que aderiram Escolas como a de Educação e Engenharia.

Sendo o aumento da mobilidade móvel dos estudantes no espaço comunitário, um factor constitutivo da génese do Programa SÓCRATES, a acção Erasmus tem assumido o protagonismo na estratégia de política europeia deste Instituto.

No âmbito desta acção, foram estabelecidos projectos de organização da mobilidade de estudantes e docentes, programas intensivos, em coordenação ou parcerias, de desenvolvimento curricular, módulos europeus e redes temáticas, no domínio do ensino artístico, estabelecendo-se parcerias com a rede POLYPHONIA e a ELIA - European League of the Institutes of the Arts.

A importância concedida à mobilidade de estudantes conduziu, a nível comunitário, ao desenvolvimento dos ECTS - European Credits Transfer System, pilar fundamental na convergência europeia, utilizados, pela primeira vez, na Escola Superior de Educação de Lisboa, no ano académico de 1998/1999, para cursos de educadores de infância e 1º.ciclo do ensino básico e compilados no Information Catalogue and Guide-ECTS, no ano seguinte.

Também durante o ano de 1998, o IPL num esforço de internacionalização e reforço da imagem no exterior, esteve representado institucionalmente, com um stand na European Student Fair, o maior fórum Europeu do Estudante, realizado em Bruxelas.

Com a passagem à segunda fase do Programa, em 2000, sob o signo da complementaridade-formação, reforçou-se o papel da mobilidade de estudantes e docentes, alargando-se geograficamente as parcerias e áreas de estudo.

Com a integração da Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa, no Instituto Politécnico de Lisboa, pelo Dec.Lei nº.175/2004, de 21 de Julho, a participação neste Programa congrega, agora, a totalidade das suas oito unidades orgânicas, desenvolvendo actividades transnacionais destinadas a conferir uma dimensão europeia no processo de ensino-aprendizagem, em áreas de estudo diversificadas e parcerias alargadas à Europa dos 25, num total de 151, disseminadas por 23 países, no corrente ano académico.

Este intercâmbio de experiências e formações, adquiridas através das diversas actividades de cooperação, tem sido um elemento de contínua dinamização e afirmação institucional, contribuindo para o enriquecimento mútuo no campo pedagógico e científico, apostando na qualificação como factor de competitividade externa da economia europeia.

Em 2002/2003, devido à experiência acumulada e boas práticas estabelecidas, o Instituto Politécnico de Lisboa foi seleccionado, de entre 16 Instituições do Ensino Superior, para a descentralização da gestão das actividades de mobilidade, o que permitiu uma gestão mais próxima no terreno, que decide em função das necessidades.

O crescimento do Programa SÓCRATES tem sido exponencial, cifrando-se numa taxa de participação anual de 38%, caracterizando-se esta população em mobilidade pela predominância do sexo feminino, paralelamente à distribuição escolar portuguesa no ensino superior.

Ainda no contexto comunitário de internacionalização, o IPL é, desde 1997, membro associado da ELIA, organização independente, fundada em 1990, que lidera as redes temáticas para as Artes, na Europa, estabelecidas no Programa SÓCRATES, apoiando projectos multiculturais de investigação e desenvolvimento.

Desta cooperação resultou a eleição de representantes do Instituto Politécnico de Lisboa, para o Commitee Board e a organização, conjunta, de Conferências, como a 4th ELIA Conference: Reflections on the Human Face, dedicada à temática do Multiculturalismo nas Artes e na Sociedade, e realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1996; ou a reunião do Comité Executivo, que teve lugar nos Serviços Centrais deste Instituto, em 2000, tal como, mais recentemente, em 2004, o workshop, Vitality: the core of dance.

O Instituto Politécnico de Lisboa é, igualmente sócio Institucional da RIU- Associação de Profissionais de Relações Internacionais, simultaneamente, fórum de reflexão para a dinamização da internacionalização nas Instituições e entidade promotora de actividades que possam dinamizar e beneficiar todos os intervenientes neste processo.

No campo das relações interculturais, assume, igualmente, um papel primordial, o estabelecimento de protocolos e acordos de cooperação com os PALOP, através de projectos que implicam o intercâmbio de missões, a realização de cursos de formação em Portugal ou nos próprios países, bem como a mobilidade de estudantes e docentes.

O Instituto Politécnico de Lisboa é membro da AULP - Associação de Universidades de Língua Portuguesa e, nesse âmbito, tem cooperado na realização ou participação em Congressos/Seminários, alguns deles ocorridos em Escolas que integram o Instituto.

Num contexto internacional caracterizado pelo esforço e aposta na mobilidade transnacional e na estratégia consertada em matéria de emprego e articulação entre os diversos sistemas de ensino, os programas comunitários constituem um quadro mobilizador dos parceiros educativos, sociais e económicos, em torno das dimensões fundamentais da educação e da formação, que emergem da Declaração de Bolonha: Qualidade, Empregabilidade, Atractividade e Competitividade.

A internacionalização deve constituir um objectivo estratégico para as Instituições do Ensino Superior, uma aposta na qualidade de ensino e da

foto de Lusa/António Cotrim

A mobilidade dos estudantes é uma opção do IPL

Fernando Otero na direcção do FISEC

Arquivo Politecnia

O Dr. Fernando Otero, vice-presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, é o primeiro representante de Portugal na Junta Directiva do Fórum Iberoamericano de Estratégias de Comunicação (FISEC), sediado em Madrid, que integra representantes de sete países. Economista e professor, o dirigente do IPL integra também, a partir de agora, o Comité Científico da prestigiada organização, presidida pelo académico espanhol Rafael Alberto Pérez.

O FISEC optou na última Primavera por uma nova forma de organização, instaurando os chamados Capítulos Nacionais em sete países, e instituindo a sua primeira Junta Directiva. O pressuposto da decisão é o de que o Fórum necessita, para cumprir integralmente os seus objectivos, de uma gestão descentralizada.

Além de Fernando Otero, fazem parte da nova direcção internacional o presidente e o vice-presidente da instituição, Rafael Alberto Pérez e Juan Luís Manfredi e os representantes da Argentina (Rubén Canella), Brasil (Antonio Matiello), Chile (Claudio Avendaño), Colômbia (Antonio Roveda), México (José Carreño) e República Dominicana (Wilson Hernández), para além do director da revista científica «Tendências 21», órgão oficial da FISEC, Eduardo Martínez de la Fe.

IPL disponibiliza novos Caminhos do Conhecimento

O Instituto Politécnico de Lisboa acaba de lançar, em parceria com a Editora Colibri, uma ambiciosa colecção, que irá dar um importante contributo para a bibliografia disponível, no Ensino Superior, de autores portugueses. Caminhos do Conhecimento, publicará teses de doutoramento e ensaios de docentes das escolas que integram o IPL.

O PRIMEIRO livro da colecção Caminhos do Conhecimento, cujo lançamento fica a constituir um momento alto das comemorações do 20º aniversário do IPL, é a tese de doutoramento do professor Manuel Mendes da Cruz, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Intitulado «Fundamentos do Processo de Decisão Estratégica na Indústria Seguradora Portuguesa», esta investigação mereceu ao júri a mais alta classificação possível; 20 valores.

A opção por este tema resultou da dificuldade, constatada pelo autor, enquanto director da indústria seguradora, em fazer previsões relacionadas com o desenvolvimento da actividade. Partindo da análise actual da actividade seguradora em Portugal, o novo doutorado do ISCAL perspectivou neste estudo, pioneiro a vários níveis, modelos aplicáveis ao sector dos seguros, que permitam melhorar a qualidade das decisões nos actos de gestão.

"Caminhos do Conhecimento": o primeiro livro e o primeiro autor

Manuel Mendes da Cruz considera a colecção agora iniciada um importante estímulo ao desenvolvimento da investigação. Em sua opinião, os Caminhos do Conhecimento, para além de premiarem, com a divulgação pública, os trabalho científico desenvolvido nas várias unidades orgânicas do IPL, irá incentivar os corpos docentes das oito escolas a realizar mais estudos, contribuindo assim decisivamente para o aumento da investigação científica no Instituto.

A parceria é encarada pela Colibri como «um importante desafio no panorama editorial português», como refere o Director Editorial Fernando Mão de Ferro. Para ele, a decisão de divulgar «trabalhos de diversificadas origens e de múltiplos ramos do saber prático e científico», é «muito importante não apenas a nível da comunidade científica portuguesa mas, também, no plano internacional, em especial nos países de língua portuguesa e castelhana».

Durante o ano de 2006 deverão ser publicados mais seis títulos nesta colecção, que estará também aberta a autores estrangeiros de reconhecido mérito. O próximo livro a ser lançado, já em Março, será precisamente um desses casos. Trata-se da tradução portuguesa de um estudo sobre a construção da sociedade mediática, intitulado, «Gestão do Poder Diluído», do académico espanhol Jesús Timóteo Alvarez, que em Espanha já vendeu mais de 50 mil exemplares.

PROFESSOR E GESTOR

Doutorado em Gestão Global pelo ISCTE, com distinção e louvor, na sequência do mestrado em Gestão e Estratégia Industrial do ISEG e da licenciatura em Controlo Financeiro no ISCAL, o autor é regente e professor da cadeira de Contabilidade de Gestão do ISCAL, onde lecciona. É ainda membro do Conselho Científico daquele Instituto, de que é vice-presidente eleito. Iniciou a carreira profissional na indústria seguradora em 1965, tendo desempenhado aí, durante dez anos, funções de direcção, em acumulação com a carreira do ensino. Em 1999 o sector dos seguros para se dedicar, em exclusividade, ao Ensino Superior.

De Gutenberg à Internet

Esta História da Comunicação, que é também história do poder da Comunicação, ajuda-nos ao entendimento da evolução da mentalidade colectiva , tenta explicar-nos parte significativa da actividade económica e revela-nos a curiosidade de os produtos promocionais, distribuídos pelos jornais, datarem já do século XIX.

Texto de Alexandre Manuel

Naquele seu jeito peculiar por alguém, algures, classificado de dissimulador e frontal, de egoísta e generoso, Natália Correia proclamou um dia a inutilidade dos prefácios, com base no argumento (incontestável?) de que, além da sua reconhecida incapacidade para remendarem eventuais debilidades da obra, na generalidade, pouco mais costumavam adiantar do que uma «explicação desnecessária».

Descontando embora a injustiça que qualquer generalização sempre arrasta, e não ignorando de todo o tom reconhecidamente provocatório da autora de A Madona, com inusitada frequência, de facto, os prefácios pouco de novo acrescentam à obra, raramente lhe servem de guia e jamais conseguem remendar eventuais limitações.

Tal facto torna-se ainda mais evidente quando, como é este o caso, prefaciador e editor se identificam (e ninguém, por certo, estará à espera de que o editor minimize a obra que se propôs editar!), ou ainda quando, como realmente também acontece, o prefaciador, companheiro de docência, no Curso de Ciências da Comunicação da Autónoma e amigo de longa data do Zé Alves, sinta uma grande admiração pelo José Augusto dos Santos Alves: pelo investigador, pelo docente, pelo empreendedor (não se poderá ignorar, por exemplo, o facto de ter sido ele o principal dinamizador de um dos mais importantes congressos internacionais de Comunicação realizados no nosso País) e, sobretudo, pela sua dimensão humana, de consequências inevitáveis (e reconhecidas) na profissão.

Tudo isto, no entanto, não passa de caso menor, de resolução fácil, quando o que realmente está em causa é o prefácio para uma obra de interesse inquestionável.

E não apenas para os muitos que, convictos do poder desse «universo simbólico» que é a comunicação – Mauro Wolf o diz –, sua ambiguidade e magia, ou, porventura apenas, seduzidos pelo sucesso que insiste em acompanhar a palavra comunicação (porque, de facto, agente «gerador de

virtual» e «fábrica de sonhos»), buscam um lugar nas escolas da especialidade, mas também para todos os outros – a maioria, afinal – quer fazem dela a sua profissão ou tão somente a sua curiosidade. Com a vantagem acrescida (e, seguramente, mais difícil) de, a excepção feita aos trabalhos levados a cabo por José Tengarrinha e a um outro ensaio parcelar, este Poder da Comunicação pisar terrenos que, entre nós, permaneciam quase virgens.

Além de que, na esteira do que é defendido por alguns especialistas, como, por exemplo, o historiador e comunicólogo francês Jean-Noel Jeanneney, também José Augusto dos Santos Alves tem sempre presente o princípio de que a história da comunicação, concentra em si parte significativa das áreas de investigação, diz respeito à maioria das actividades humanas, sejam elas públicas ou privadas.

Ou seja, uma verdadeira História da Comunicação deverá explicar, por exemplo, os porquês da dupla identidade entre o meio técnico e a função social do objecto pto0duzido (a quase identidade, então acontecida, entre imprensa e jornal e, posteriormente, entre imprensa e informação); buscar as razões que terão motivado a que, com significativa frequência, a interdição censória ceda lugar à sedução; tentar saber porque, ciclicamente, as receitas publicitárias fazem «perder a uma publicação a sua razão de ser»; ou procurar entender a atitude da imprensa perante a Sociedade e o Estado, tendo em atenção, designadamente, a verificada «transição» do periodista «animado de convicções» para o «periodista / proletário intelectual, pronto a vender a sua força de trabalho».

Só que, sendo embora tudo isto e muito mais, esta História da Comunicação, que é também (sobretudo?) história do poder da Comunicação, ajuda-nos ao entendimento da evolução da mentalidade colectiva; tenta explicar-nos parte significativa da actividade económica, designadamente as leis ditadas pelo mercado; revela-nos a curiosidade de, entre nós, os produtos promocionais distribuídos com os jornais, bem como os jornais gratuitos datarem já do século XIX; conduz-nos ao interior dos equilíbrios sociais «ilustradores do comportamento das profissões»; diz-nos, ainda, porque as alterações registadas na política, além de intimamente marcadas por uma Comunicação ligada ao Estado através de inúmeros vínculos, constituem, na opinião expressiva de Jeanneney, uma obsessão para a maioria dos políticos, a «obsessão espelho» no qual gostam de se contemplar

Mas porque tudo isto é, de facto, assim, e para que não se seja forçado a dar inteira razão a Natália Correia, passe-se de imediato a palavra ao autor. Na certeza segura de que o leitor não se irá de todo arrepender.

O Poder da Comunicação
José Augusto dos Santos Alves
Casa das Letras, 2005

A destruição dos paradigmas

O último livro de Timoteo Alvarez, que já vendeu 50 mil exemplares em Espanha, é leitura imprenscendível para todos os que se interessam por comunicação de gestão e comunicação financeira.

Texto de Fernando Otero

Uma leitura começa, para mim, por uma atitude de esperança e curiosidade. Neste caso particular era mais intensa a curiosidade pelos vários desfechos possíveis ao longo da leitura deste livro de Jesús Timoteo Álvarez. Não se me frustraram as expectativas nem se me saciou a curiosidade. Exigiu leitura atenta e esforçada. Caminhar por entre as várias armadilhas sabiamente expostas e não perder o norte, a noção do importante, do focus.

Como sou só um curioso na área das Ciências da Comunicação a minha atenção centrou-se na análise do exercício, conquista e manutenção do poder através da informação e comunicação. Em muitas ocasiões fiquei chocado pela análise fria, mesmo brutal do autor. Noutras a justeza da dissecação de Timoteo Álvarez foi total. A construção das conclusões, quando as há, é cuidada e escrupulosa. As conclusões corrosivas e polémicas.

Timoteo Álvarez e a sua obra

Para mim constituiu uma plataforma de raciocínio, um exercício de destruição de paradigmas e ideias feitas. Em suma, uma leitura bem útil sempre que eu queira pensar em Comunicação de Gestão e Comunicação Financeira. Difícil será evitar alguns dos pecados apontados e evidenciados. Provavelmente a tentação será mais forte mas o resultado será menos transparente para os críticos.

Gestión del Poder Diluído
Jesus Timoteo Alvarez
Pearson Educación, 2005

A Comunicação e a Guerra do Iraque

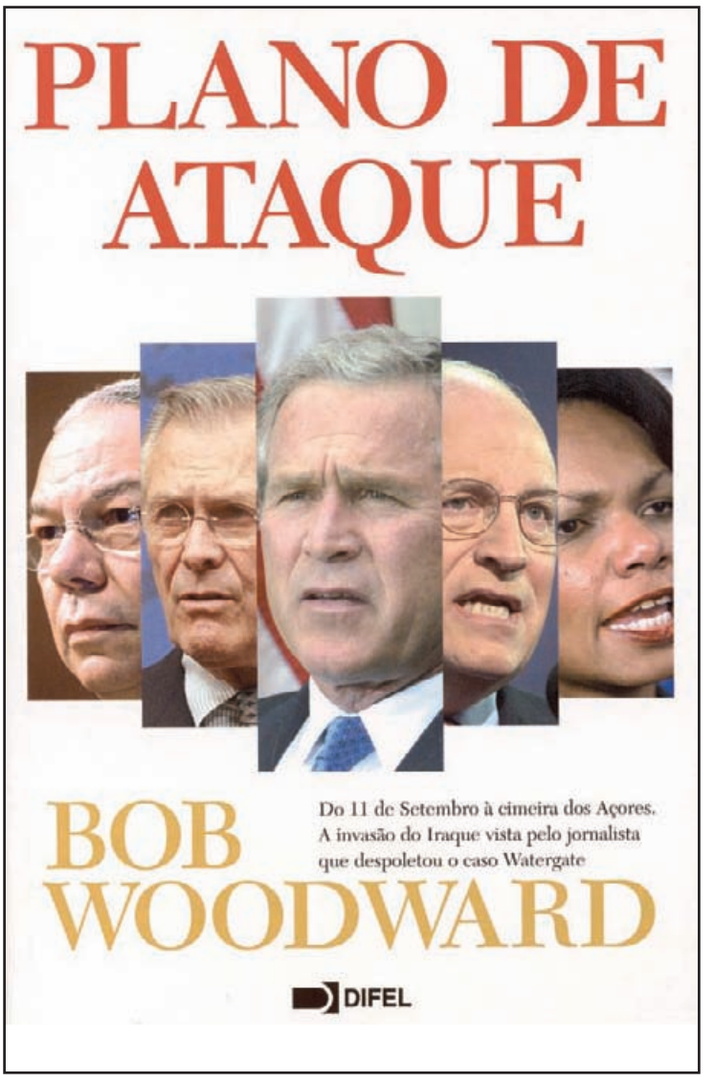
Como recomendam as convenções da escrita jornalística, o título não poderia ser mais claro: Plano de Ataque pretende ser uma narrativa pormenorizada sobre os contornos políticos do desenvolvimento do plano de guerra que conduziu os Estados Unidos da América e seus aliados à invasão do Iraque.

Texto de Telmo Gonçalves

NUMA ESCRITA clara e directa, despojada de artifícios, o leitor é conduzido pelos bastidores da administração norte-americana durante os dezasseis meses que antecederam o período de guerra convencional. Um livro-reportagem assinado por um dos mais ilustres jornalistas norte-americanos, Bob Woodward, celebrizado sobretudo pela sua participação na investigação jornalística do Washington Post sobre o escândalo Watergate.

Na sequência do seu livro sobre a reacção política aos atentados de 11 de Setembro (Bush em Guerra, 2002), Woodward desenvolve em Plano de Ataque um amplo trabalho de investigação, baseado em contactos com mais de setenta e cinco fontes directamente envolvidas no processo que conduziu à Guerra do Iraque, entre as quais se encontrarão elementos do conselho de guerra do presidente dos EUA, funcionários da Casa Branca, de outros Departamentos de Estado e agentes da CIA. Além dessas fontes confidenciais, a investigação conta ainda com entrevistas a George W. Bush e ao seu secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, que são as únicas personalidades da administração citadas directamente.

A investigação de Woodward situa o início do processo de decisão cerca de dois meses e meio após o 11 de Setembro, quando a guerra em curso no Afeganistão constituía ainda, no discurso oficial, a grande prioridade da "guerra ao terrorismo". George W. Bush, no fim de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional na Casa Branca, a 21 de Novembro, terá chamado Rumsfeld em privado para lhe deixar uma instrução clara: avançar rapidamente e em segredo com um plano para derrubar Saddam Hussein e o seu regime. Será essa uma



das revelações mais importantes desta obra e uma das que geraram mais polémica à data de lançamento do livro nos EUA, em Abril de 2004.

A tese de que a invasão do Iraque estava inscrita numa "agenda oculta" de alguns elementos da primeira administração de Bush, muito antes dos atentados de 11 de Setembro, embora não constitua um dos seus temas centrais, não deixa de perpassar pelo texto. O vice-presidente Dick Cheney e o subsecretário da defesa Paul Wolfowitz são apresentados como dois dos principais incentivadores da solução militar para a resolução do problema iraquiano, desde a tomada de posse da nova administração. Donald Rumsfeld, considerado também como um "activista da linha dura", terá

abordado com os seus subordinados a possibilidade de atacar o Iraque horas depois do atentado terrorista contra o Pentágono.

As clivagens no seio da administração norte-americana durante todo o processo são um dos filões mais explorados pelo jornalista do Washington Post, reforçando-se a ideia de que o então secretário de Estado, Colin Powell – único elemento do círculo restrito do presidente que conviveu de perto com os horrores da guerra –, terá sido desde o início a voz mais moderada e céptica sobre a opção militar, apesar de se ter apresentado em momentos decisivos quase como um porta-voz da linha dura. A lealdade de Powell para com o presidente não terá, no entanto, evitado o seu progressivo isolamento político. Condoleezza Rice, então conselheira para a defesa de Bush, surge neste contexto desempenhando o papel de moderadora das diferentes sensibilidades, sem se conseguir perceber se estaria plenamente convicta dos méritos de uma operação militar para derrubar o regime iraquiano.

Mas a personagem principal desta narrativa é, sem dúvida, George W. Bush. Um dos objectivos centrais da investigação consiste em traçar o perfil político do presidente norte-americano e a sua forma de actuação durante todo este período crítico. Do retrato traçado por Woodward, resulta a imagem de uma personalidade pragmática e decidida, por vezes impulsiva, que, contrariamente às dúvidas que se levantam amiúde sobre a sua capacidade de liderança, não perde nunca o controlo das orientações estratégicas que inspiram a sua administração.

"Plano de Ataque": um best-seller internacional

Plano de Ataque traz também importantes revelações sobre todo o processo de preparação das operações militares, que ajudam o leitor a compreender a complexidade inerente à preparação de um plano de guerra com esta envergadura. Apesar de toda a atenção mediática dispensada à evolução dos acontecimentos, sai reforçada a ideia de que a informação mais substantiva sobre a realidade das manobras militares é aquela que dificilmente podemos ficar a conhecer através das notícias. Destacamos, de entre todas as revelações neste domínio, o relato pormenorizado que Bob Woodward fornece da operação desencadeada pela CIA a partir do norte do Iraque com a colaboração de líderes curdos, seis meses antes do início dos bombardeamentos sobre Bagdade, pela relevância estratégica dessas acções subversivas no contexto geral da guerra.

A história da Guerra do Iraque está ainda longe de conhecer o seu fim. Não só pelo facto de desconhecermos o seu desfecho, mas também pela curta distância temporal que ainda nos separa dos acontecimentos e seus protagonistas. Independentemente de outras linhas de interpretação que a investigação histórica vier a relevar, este livro de Bob Woodward será certamente um apontamento incontornável para se conhecer o processo de uma das decisões políticas mais importantes e dramáticas do período conturbado que vivemos nos primeiros anos deste novo milénio.

Plano de Ataque
Bob Woddward
Dífel, 2004

Um retrato de excelência

Saiu o número relativo a 2004 do Anuário Científico do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, editado pelo seu Conselho Científico. O destaque é dado à produção científica do corpo docente, que nos últimos anos tem vindo a crescer em qualidade e quantidade.

O volume está organizado em sete capítulo, que correspondem às sete áreas de formação e investigação do ISEL: Engenharia Civil, Electrónica de Telecomunicações e de Computadores, Mecânica, Química, Sistemas de Potência e Automação, Física e Matemática. Muitos dos trabalhos são publicados em inglês, projectando o anuário para o plano internacional.

A elevada qualidade, e já não só a quantidade, dos estudos e trabalhos de investigação publicados neste volume são a demonstração categórica do seu valor como instituição, de que o país se orgulha e reconhece. O ISEL tem desenvolvido a sua actividade, enquanto escola de engenharia que valida competências, por elevados padrões de qualidade. O ensino ali ministrado, e o processo de transformação da informação em saber, têm estado na origem de projectos, que são postos ao serviço da comunidade, conforme se prova pela leitura deste livro.

Anuário Científico 2004
ISEL, 2005

Bom senso e pragmatismo

HÁ MISTÉRIOS da vida que jamais consegui entender e que todos os dias me continuam a deixar perplexo, mesmo quando descubro as causas desses fenómenos ou sobretudo por ter percebido o que motivou tais destemperos.

Desde que comecei os meus estudos universitários e me iniciei nos meandros da formação artística, jamais percebi o que havia motivado a separação física da Faculdade de Arquitectura da então Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Parece que o edifício não era grande coisa e que os que então mandavam na Arquitectura se queriam afastar de alguma conotação de «artistas». Menos ainda compreendi a razão destas duas instituições terem sido integradas em universidades diferentes, pertencendo a primeira à Universidade Técnica de Lisboa, enquanto que a última, transformada em Faculdade de Belas Artes, se juntou à Universidade de Lisboa, dita «Clássica». Parece que hoje estão todos arrependidos...

O mesmo se passou com o antigo Conservatório Nacional que «explodiu» em cinco unidades diferentes. A saber: Conservatório de Música, Conservatório de Dança, Escola Superior de Música, Escola Superior de Dança e Escola Superior de Teatro e Cinema. As duas primeiras fazendo parte do Ensino Secundário, enquanto que as três últimas integravam o Instituto Politécnico de Lisboa.

Têm aqui lugar as primeiras interrogações: 1.º Porque se procedeu à separação física? (consta que não cabiam todos no mesmo edifício, mas já que se construíram e compraram uns quantos, não daria para encontrar um onde coubessem todos? Serão precisas cinco secretarias?, cinco bibliotecas?, cinco conselhos directivos?. etc., etc., etc.)

2.º Porque se processou a separação em várias escolas? (parece que havia a necessidade de defender mais umas quintas, que neste caso não passavam de quintais…).

3.º Porque se separou (mal…) a Música da Dança?

foto de Sofia Gomes

Paulo Morais-Alexandre*

É a hora de agregar as três Escolas Artísticas num organismo único, para o qual se avança já uma designação: Instituto Superior das Artes Cénicas

4.º Porque se uniu (e bem, impedindo a asneira completa…) o Teatro ao Cinema?

5.º Porque não se integraram, no mesmo subsistema de ensino, todas as escolas artísticas? (talvez o nacional saloísmo ainda insistisse na separação entre artes maiores e menores; ou então, mais surrealista ainda, persistisse em considerar que os cursos das artes cénicas são práticos e os de Arquitectura, Escultura ou Pintura não. Quanto ao Cinema não se sabe, uma vez que ainda há uns cursos integrados no Politécnico e outros na Universidade).

Hoje acredito que são muitos, senão todos, os que estão arrependidos... e muitos mais os que lamentam estas decisões, sobretudo entre os alunos.

Entretanto a minha carreira foi evoluindo e passei a leccionar numa destas instituições, a Escola Superior de Teatro e Cinema, primeiro como assistente e mais tarde como professor. Foi então que pude ver mais claramente que a integração no ensino politécnico acabaria por trazer severas limitações. Não por culpa da nossa tutela, o Instituto Politécnico de Lisboa, que sempre nos apoiou, na luta por um ensino de excelência, mas pela indefinição do próprio subsistema, que não pode encarar-se como uma mera 2ª divisão do ensino superior, como sucede no presente.

Está pois na altura de alterar o panorama e, para isso, não será preciso sequer coragem mas apenas bom senso.

Como presidente do conselho directivo da Escola Superior de Teatro e Cinema, todas as decisões que tomo derivam desse bom senso, que parte duma interrogação básica e simples: o que vou decidir melhora ou piora a Escola e o ensino nela ministrado? A partir daí, a decisão torna-se fácil.

Peço agora, e tão só, que a tutela faça o mesmo às minhas duas seguintes propostas: que analise se o que proponho resultará num avanço para o ensino em Portugal ou, pelo contrário, num recuo (se for um atraso, digam-mo e calar-me-ei, se pelo contrário for um benefício, despachem-se):

A primeira proposta é um simples exercício de inteligência: conferir ao ensino das Artes Cénicas e ao Cinema a possibilidade, a que têm direito, de poder conferir graus de doutoramentos, o que será uma mais valia para o País (numa altura em que se fala de livre circulação e se propõem protocolos e convénios internacionais. Imaginem como é mau, muito mau mesmo, dizer perante uma universidade estrangeira que estamos limitados, não por falta de capacidade científica ou pedagógica, mas porque tivemos a desdita de não ser universidade?).

A segunda proposta é mais simples ainda: unir o que está disperso, ligar o que está desligado. Mantendo-se a tutela do Instituto Politécnico de Lisboa é a hora de agregar as três Escolas Artísticas num organismo único, para o qual se avança já uma designação: Instituto Superior das Artes Cénicas.

* *Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Teatro e Cinema*